



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

## ACTA NÚMERO TRÊS

### ACTA DA 3.ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA REALIZADA NO DIA VINTE E NOVE DE JUNHO DE DOIS MIL E ONZE. -----

----- Ao vigésimo nono dia do mês de Junho do ano de dois mil e onze, pelas vinte e uma horas e quarenta e cinco minutos, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal, na sua 3.ª Sessão Ordinária, convocada pelo seu Presidente, Luciano da Silva Gomes, em edital datado de um de Junho de dois mil e onze, e com a seguinte

#### ORDEM DE TRABALHOS: -----

1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA, DE ACORDO COM O ESTIPULADO PELO ART.º 39.º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL;
2. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO, DE ACORDO COM O ESTIPULADO PELO ART.º 40.º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL;
3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----
  3. 1. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA ACTA N.º 2/2011; -----
  3. 2. INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ACTIVIDADE MUNICIPAL. [ ALÍNEA E) DO N.º 1 DO ART. 5.º DO REGIMENTO]; -----
  3. 3. DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS - 2010 -----
  3. 4. DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO DA PRETENSÃO DE CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO SOCIAL, NO TERRENO MUNICIPAL SITO NA RUA DAS LAGIELAS, FREGUESIA DE VILA NOVA DA TELHA; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, LUCIANO DA SILVA GOMES,** iniciou os trabalhos com uma saudação a todos os presentes. Informou que senhor Deputado e Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro de Avioso, Joaquim Guilherme da Costa Maia, do PSD, tinha pedido a suspensão do seu mandato como Presidente de Junta, por um período de 365 dias. Assim, a partir de 28 de Maio último, as funções de Presidente da Junta de Freguesia e de Deputado na Assembleia Municipal, por inerência, passavam a ser exercidas, durante este período, pelo número dois da lista de candidatura do PSD de São Pedro de Avioso, o senhor Maurício Fernandes de Oliveira Ramos, já anteriormente identificado; o senhor Deputado Luís António Gourgel Fernandes Silva, do PS, tinha pedido a substituição para a presente Sessão, sendo substituído pelo senhor Pedro Miguel Monteiro Martins, já anteriormente identificado. Os documentos comprovativos destas substituições fazem parte integrante da acta como **documentos 1, e 2**, respectivamente. Lembrou aos cidadãos presentes e interessados em intervir no Período de Intervenção do Público, para fazerem a sua inscrição prévia, preenchendo o impresso próprio e fazê-lo chegar à Mesa. Pediu a todos os Senhores Deputados para, no Período de Antes da Ordem do Dia, cumprirem o tempo regimentalmente atribuído – uma hora. Verificadas as presenças constatou-se a ausência da senhora Deputada Regina Maria Campos de Assunção Serra. Ao abrigo da alínea c), do ponto 1, do artigo 38.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova da Telha, Floriano de Pinho Gonçalves, fez-se representar pelo Secretário do seu Executivo o senhor Joaquim da Silva Azevedo Sousa e o senhor Presidente da Junta da Freguesia da Gueifães, António Alberto Anjos Monteiro, fez-se representar pelo Vogal do seu Executivo, o senhor Aníbal Leite da Silva. Os documentos comprovativos destas substituições fazem parte integrante da acta como **documento 3 e 4**, respectivamente. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** abriu as inscrições para o Período de Antes da Ordem do Dia, tendo-se inscrito e usado da palavra os Senhores Deputados: -----

**PEDRO MIGUEL MONTEIRO MARTINS** falou sobre a política de estacionamento na Maia, através da leitura do texto que faz parte integrante da acta como **documento 5**. -----

**LÍDIA PAULA DOS SANTOS SILVA PEREIRA BRANCO** falou sobre os resultados das Eleições Legislativas de 5 de Junho último, através da leitura do texto que faz parte integrante da acta como **documento 6**. -----

**JAIME MANUEL DA SILVA PINHO** apresentou um Voto de Louvor à instituição Castelo da Maia Ginásio Clube, através da leitura do texto que faz parte integrante da acta como **documento 7**. -----

**ALCINDA MÁRCIA OLIVEIRA GUEDES DA SILVA** falou sobre a situação actual da política económica, social e laboral do país, através da leitura do texto que faz parte integrante da acta como **documento 8**. -----

**FRANCISCO AMORIM DOS SANTOS BAPTISTA** apresentou duas Moções: A primeira sobre a introdução de portagens nas três SCUT's da Região Norte e a segunda sobre o encerramento da Estação dos CTT localizada na Rua de S. Romão em Vermoim; através da leitura dos textos que fazem parte integrante da acta como **documentos 9 e 10**, respectivamente. -----

**ARÍDIO DOS ANJOS TEIXEIRA** disse que ia abordar um assunto que já era do conhecimento dos senhores Presidentes da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia de Águas Santas e sabia que estavam a fazer diligências no sentido de resolver um problema, que considerou de difícil resolução por estar relacionado com prédio de propriedade privada. No entroncamento da Rua Vasco da Gama com a Rua Pedro Álvares Cabral, na freguesia de Águas Santas, existia um bloco residencial o qual tem, nas fachadas viradas para as referidas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

ruas, uma saliência arquitectónica por cima do passeio e a uma altura do solo que podia causar acidentes aos transeuntes. Referiu que teve conhecimento de ocorrências com peões que seguiam no passeio e por não se aperceberem da existência batiam com a cabeça na referida saliência. Apesar de ser um bloco habitacional privado, tornava-se necessário encontrar uma solução para este caso, apesar de reconhecer que a Câmara não tinha a obrigação legal de agir, mas tinha o dever moral de encontrar uma solução para um foco de acidentes pessoais, a bem dos moradores e dos peões que circulavam junto aos passeios do referido prédio. -----

**MARCO JOSÉ DUARTE MARTINS** falou sobre os resultados das Eleições Legislativas de 5 de Junho último e a actual situação política nacional, através da leitura do texto que faz parte integrante da acta como **documento 11**. -----

**O VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ENG.º ANTÓNIO DOMINGOS DA SILVA TIAGO**, em resposta às intervenções proferidas disse que tinha tomado nota das questões apresentadas e que iria tratar delas em sede do Executivo Municipal. -----

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** informou que tinham entrado na Mesa três propostas para aprovação, que, por já terem sido lidas pelos seus proponentes, dispensavam a sua leitura: A primeira era uma Moção sobre a introdução de portagens nas SCUT's do Grande Porto, apresentada pelo Bloco de Esquerda; a segunda era igualmente outra Moção contra o encerramento da Estação dos CTT, na Rua de São Romão em Vermoim, também apresentada pela mesma força política e a terceira proposta era um Voto de Louvor ao Castelo da Maia Ginásio Clube, apresentada pelo PSD. -----

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** colocou à admissão a Moção sobre a introdução de portagens nas três SCUT's da Região Norte, apresentada pelo senhor Deputado do BE Francisco Amorim dos Santos Baptista, já anteriormente identificada como **documento 9**. ----

----- **A admissão do documento foi aprovada por unanimidade.** -----





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

----- Para a sua discussão inscreveram-se e usaram da palavra os Senhores Deputados: -----

**ANTÓNIO FERNANDO GOMES DE OLIVEIRA E SILVA** disse que o PSD mantinha a sua posição com seriedade. O PSD defendia a existência de introdução de portagens em todas as SCUT's e com a existência de pórticos em todos os nós de acesso. O PSD discordava da forma como actualmente estavam colocados os pórticos, apenas nalguns nós de acesso, pois tornava a cobrança uma medida injusta e desigual. O PSD defendia uma reformulação do critério de cobrança justo e com equidade. O Bloco de Esquerda apresentou uma proposta de âmbito nacional e não do nosso concelho. O BE teria de o alterar, caso não o fizesse o PSD votaria contra. -----

**FRANCISCO AMORIM DOS SANTOS BAPTISTA** pediu a palavra para esclarecer que a introdução de portagens nas SCUT's era uma medida injusta. Lembrou que em anteriores sessões o PSD tinha acusado o Governo do PS de colocar pórticos de acordo com a cor política de cada município, prejudicando os concelhos governados pelo PSD em relação aos do PS. A Moção apresentada era um apelo à justiça e não uma Moção a pensar nos interesses exclusivos do concelho da Maia. O BE tinha uma visão nacional e não local desta situação de injustiça. Lamentou que o PSD pensasse apenas "no seu quintal" e não no todo nacional. Por esta razão o BE não iria alterar a proposta apresentada. -----

**LUÍS MARIA FERNANDES AREAL ROTHES** pediu, e foi concedido, a suspensão dos trabalhos por dez minutos. -----

----- Os trabalhos foram suspensos às vinte e duas horas e trinta e cinco minutos. -----

----- Foram retomados às vinte e duas horas e cinquenta minutos. -----

----- Posta à votação a Moção **foi reprovada por maioria**, com vinte e novos votos contra, catorze abstenções e três votos a favor. -----

----- Para fazer uma declaração de votos inscreveu-se e usou da palavra o Senhor Deputado: -



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

**LUÍS MARIA FERNANDES AREAL ROTHES** disse que o PS se tinha absterido na presente Proposta em consonância com outras de idêntico cariz apresentadas em sessões anteriores. Esta era a postura do PS que votava em função dos seus princípios e na defesa da equidade nacional e não de acordo com o Partido que governasse Portugal. Além disso verificava-se que, ao longo das sessões anteriores, foram apresentadas propostas que repetiam o mesmo assunto. -----

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** colocou à admissão a Moção contra o encerramento da Estação dos CTT, na Rua de São Romão em Vermoim, também apresentada pelo senhor Deputado do BE Francisco Amorim dos Santos Baptista, já anteriormente identificada como **documento 10**. -----

----- **A admissão do documento foi aprovada por unanimidade.** -----

----- Para a sua discussão inscreveram-se e usaram da palavra os Senhores Deputados: -----

**ANTÓNIO FERNANDO GOMES DE OLIVEIRA E SILVA** prescindiou. -----

**ALOÍSIO FERNANDO MAIA NOGUEIRA** disse que na freguesia de Vermoim existiam duas Estações dos CTT em funcionamento. A primeira, designada de CTT – Maia, localizada na Rua José Rodrigues da Silva Júnior, no centro da cidade, junto ao Estádio Municipal Doutor José Vieira de Carvalho e a segunda, conhecida pelos CTT de São Romão de Vermoim, localizada na Rua de São Romão. Excluindo as freguesias da cidade do Porto, Vermoim deveria ser a única freguesia da Área Metropolitana do Porto com duas Estações dos CTT no seu território. A Junta de Freguesia de Vermoim tinha ficado atenta logo que começaram a surgir as primeiras informações sobre o encerramento de Estações dos CTT no país. Quando soube do eventual encerramento da Estação de São Romão de Vermoim pediu uma reunião com a Administração dos CTT. Essa reunião realizou-se no Centro de Distribuição Postal do Norte, localizado na Zona Industrial da Maia. Foi-lhe confirmada a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

intenção do encerramento da Estação de São Romão de Vermoim, fundamentada nalgumas explicações plausíveis, de que realçaram a necessidade de racionalização económica. A maioria da população utilizava os serviços dos CTT no centro da cidade. A de São Romão de Vermoim servia a população circundante, mais da zona Nascente e sobretudo idosos. Com o seu encerramento, era nos idosos que a Junta de Freguesia centrava a sua principal preocupação, pois, além de terem uma natural dificuldade de mobilidade, também tinham uma vivência solitária nalguns casos. Estes seriam os mais prejudicados com o fecho da Estação. Era à Estação de S. Romão que mensalmente recorriam para levantar as suas pensões de reforma. Desta preocupação deram conta aos responsáveis dos CTT, na referida reunião. Em resposta a esta preocupação foi-lhes garantido que os CTT se comprometiam a entregar mensalmente os valores das pensões de reforma, directa e pessoalmente, nos domicílios dos reformados. Este compromisso, esvaziou, de certo modo, os argumentos apresentados pela Junta de Freguesia, que não podia deixar de ponderar a componente de boa racionalidade económica, apesar de poder colidir com os interesses específicos de uma determinada franja da população: a terceira idade. Solucionado este problema e porque a Junta de Freguesia não queria ser responsável pela má gestão dos dinheiros dos CTT, acrescido ao facto de na mesma freguesia existir uma outra Estação dos CTT com boa localização e instalações, teve de anuir aos fundamentos apresentados pelos responsáveis dos CTT. A Junta de Freguesia cumpria o seu dever perante os seus concidadãos. O texto da proposta apresentada referia o encerramento de oito estações dos correios na área do Grande Porto. Informou que, destas oito estações a encerrar, seis estavam sedeadas no concelho do Porto: Loja do Cidadão, Augusto Luso, Palácio da Justiça, Campo Lindo, Pinto Bessa e Malmequeres. A sétima era estação de São Romão de Vermoim e a oitava presumia que poderia ser a de Moreira. Os CTT iriam abrir uma nova estação no Tecmaia e realizar obras de beneficiação na do centro da cidade.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

Tudo isto, somado ao Centro de Distribuição Postal, considerou que a Maia ficava bem servida em termos postais. Assegurados estes serviços restava, nas preocupações da Junta de Freguesia, cerca de quatro dezenas de reformados que utilizavam a Estação de São Romão para levantarem as suas reformas. Como os CTT garantiam a entrega domiciliária das pensões de reforma, como Presidente de Junta ficava satisfeito. -----

**LUÍS MARIA FERNANDES AREAL ROTHES** disse que, apesar de perceber os argumentos apresentados pelo senhor Deputado e Presidente da Junta de Freguesia de Vermoim, Aloísio Fernando Maia Nogueira, deveria chamar a atenção que a Estação de São Romão de Vermoim tinha muitos utilizadores e as características de um serviço postal de proximidade. A prestação de serviços públicos de proximidade deveria ser assegurada de forma adequada, e que no caso em análise considerou que o seu custo não era elevado. O argumento da racionalização económica, apresentado pelos CTT para o encerramento de estações, deveria servir de exemplo para outros actos de gestão, sem ter necessidade de referir o caso de gestão danosa verificado com os CTT em Coimbra. Alguns golpes incríveis dos CTT resultavam no encerramento dos serviços de proximidade. O PS considerava que deveria haver muita cautela nestas decisões. Apesar da Estação dos CTT de São Romão de Vermoim não poder oferecer aos seus utentes as melhores condições de instalações, oferecia, em contrapartida, a melhor componente no relacionamento humano, que considerou muito importante e factor de ponderação. A finalizar disse que o PS iria votar a favor a Moção apresentada. -----

**ANTÓNIO FERNANDO GOMES DE OLIVEIRA E SILVA** disse que depois da clara intervenção do senhor Deputado e Presidente da Junta de freguesia de Vermoim, Aloísio Fernando Maia Nogueira, o PSD anuíva com a discordância do encerramento da Estação dos CTT de São Romão de Vermoim. Porém, a Assembleia Municipal não tinha poderes



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

executivos e não tinha poder para intervir na decisão de evitar o encerramento da Estação dos CTT. Por esta razão não fazia sentido o ponto dois da Moção apresentada pelo BE, a saber: “Solicitar, através da Mesa, uma reunião urgente duma representação desta Assembleia Municipal com a Administração dos CTT, com o fim de encontrar uma solução que preserve um melhor serviço público à população Maiata”. Se o Bloco de Esquerda retirasse este ponto da sua proposta o PSD votaria favoravelmente a Moção apresentada. -----

**SILVESTRE SANTOS GOMES PEREIRA** informou que o BE retirava da sua proposta o ponto referido pelo senhor Deputado António Fernando Gomes de Oliveira e Silva. -----

----- Posta à votação a Moção foi **aprovada por unanimidade**. -----

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** colocou à admissão o Voto de Louvor ao Castelo da Maia Ginásio Clube, apresentado pelo PSD, já anteriormente identificada como **documento 7**.

----- **A admissão do documento foi aprovada por unanimidade**. -----

----- Para a sua discussão não houve inscrições -----

----- Posto à votação o Voto de Louvor foi **aprovado por unanimidade**. -----

## **2. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO, DE ACORDO COM O ESTIPULADO PELO ART.º 40.º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.-**

----- Inscreveram-se e usaram da palavra os Munícipes: -----

**JOÃO COUTO LOPES**, residente na Rua A, n.º 33, na freguesia de Vila Nova da Telha. No início da sua intervenção verberou a sua indignação por não poder aceder às reuniões da Assembleia Municipal, a não ser com ajuda de terceiros. Tal facto deve-se à avaria de um elevador e ainda a cadeira de rodas com a qual o transportaram tinha os pneus vazios. Esta situação já tinha sido por ele referido na 2.ª Sessão Ordinária realizada em Abril último. De seguida falou sobre transportes públicos e barreiras arquitectónicas para cidadãos portadores de deficiência, através da leitura do texto que se anexa e ainda as fotografias que entregou à



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

Mesa, que, juntamente com a ficha de inscrição, fazem parte integrante da acta como **documento 12.** -----

**MARIA OLINDA FERNANDES REIS LOPES GONÇALVES**, residente na Rua 4, n.º 259, na freguesia de Vila Nova da Telha. Falou sobre a falta de segurança e salubridade existentes na sua rua, através da leitura do texto que se anexa e ainda três ofícios do Delegado Concelhio de Saúde da Maia, enviados um à própria e dois ao senhor Presidente da Câmara Municipal da Maia, que entregou à Mesa, os quais, juntamente com a ficha de inscrição, fazem parte integrante da acta como **documento 13.** -----

**NUNO MONTEIRO ROSSIO**, residente na Rua 4, na freguesia de Moreira, na qualidade de representante da comunidade cigana alojada na Rua 4, na freguesia de Moreira, louvou o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova da Telha, Floriano de Pinho Gonçalves pela forma solidária como os trataram, de nunca os terem abandonado. Disse que o senhor Floriano de Pinho Gonçalves lhe tinha afirmado que não se opunha a que a sua comunidade fosse instalada num terreno em Vila Nova da Telha, para nele serem construídas habitações condignas para os realojar. As condições de salubridade em que estavam presentemente alojados eram boas porque os serviços de higiene e limpeza da Câmara estavam a desenvolver um bom trabalho mantendo as ruas limpas e lavadas e recolhendo os resíduos sólidos urbanos com muita frequência. Lamentou as queixas e mentiras que alguns vizinhos lhes faziam, tendo-os acusado de apenas os atacarem a eles por serem ciganos. Pediu à Câmara Municipal que conseguisse o realojamento da sua comunidade antes do início do Inverno, pois as cerca de 50 crianças da sua comunidade necessitavam de ter algum conforto contra as agruras do Inverno. A ficha de inscrição faz parte integrante da acta como **documento 14.** -----

**ANTÓNIO ILÍDIO MARQUES DINIS** residente na Rua do Mosteiro, 304, na freguesia de Águas Santas. Falou sobre o estado de degradação de pontes e açudes do Rio Leça,





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

localizados no território do nosso concelho, através da leitura do texto que entregou à Mesa, o qual com a ficha de inscrição fazem parte integrante da acta como **documento 15**. -----

**3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

**3. 1. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA ACTA N.º 2/2011.** -----

----- Nenhum Senhor Deputado se inscreveu para usar da palavra. -----

----- Posta à votação a acta número 1/2011, **foi aprovada por maioria**, com três abstenções, motivadas por ausência à respectiva Sessão. -----

**3. 2. INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ACTIVIDADE MUNICIPAL. {ALÍNEA E) DO N.º 1 DO ART. 5.º DO REGIMENTO}.** -----

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** informou que tinha sido enviada a todos os Senhores Deputados a “Informação do Presidente da Câmara acerca da Actividade Municipal”, que faz parte integrante da acta como **documento 16**. -----

----- Ninguém se inscreveu para usar da palavra -----

**3. 3. DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS - 2010** -----

----- Inscreveram-se e usaram da palavra os senhores Deputados: -----

**JOÃO VELOSO DA SILVA TORRES** que leu o texto que faz parte integrante da acta como **documento 17**. -----

**ALCINDA MÁRCIA OLIVEIRA GUEDES DA SILVA** que leu o texto que faz parte integrante da acta como **documento 18**. -----

**CÂNDIDO JOAQUIM LIMA DA SILVA GRAÇA** disse que os documentos da prestação de contas do exercício de 2010 do município já haviam sido apresentados e discutidos na 2.<sup>a</sup> Sessão Ordinária da Assembleia Municipal realizada em Abril último. Nessa reunião foram presentes os seguintes documentos: Prestação de Contas e Relatório de Gestão de 2010 da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

Câmara Municipal da Maia; o Inventário de todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e respectiva Avaliação; os Documentos Finais Obrigatórios de Prestação de Contas, dos Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento da Maia, relativos ao ano de 2010 e os Relatórios de Gestão das Empresas Municipais: “Maiambiente – Empresa Municipal do Ambiente, E.E.M.”, da “Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia, E.E.M.”, da “Academia das Artes da Maia, Produções Culturais, E.E.M.”; da “Espaço Municipal – Renovação Urbana e Gestão do Património, E.E.M.” e da “Tecmaia – Parque da Ciência e Tecnologia da Maia”. Estes documentos eram agora presentes num só, para que a Assembleia Municipal pudesse apreciar de uma forma consolidada toda a gestão não só da Câmara Municipal, como de todas as empresas participadas a 100% pela nossa autarquia. Todos tinham perfeito conhecimento da realidade actual do nosso concelho. A Maia de hoje era incomparável à Maia de há trinta anos atrás. Então, a Maia era um concelho pobre e vivia essencialmente da agricultura. Hoje a Maia é um concelho moderno, desenvolvido, com uma grande actividade empresarial, com boas vias de comunicação com um dos melhores parques industriais do país, com uma elevada qualidade de vida e o seu município dotado de um rico e valioso património. Esta realidade não foi obra do acaso, é devida à excelente gestão que os executivos municipais liderados pelo PSD realizaram durante este período. Dizer o contrário seria negar a verdade. Actualmente o país atravessava um dos piores momentos da sua história, devido à má gestão dos anteriores Governos, que prejudicaram os portugueses que, durante os próximos anos, com muitos sacrifícios terão de pagar os erros de uma governação incompetente. A Maia deveria servir de exemplo para esses governantes. O documento em análise era uma prova da sua afirmação. Por tudo isto o PSD iria votar a favor os documentos de Prestação de Contas consolidadas – 2010. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

**ANTÓNIO FERNANDO GOMES DE OLIVEIRA E SILVA** manifestou a sua congratulação às Bancadas da Oposição, uma vez que tinham respondido ao seu repto, sobre a necessidade de apresentação das contas consolidadas do nosso município, às quais tecera muitas considerações. Os documentos de Prestação de Contas consolidadas enfermavam de uma lacuna legislativa, uma vez que a orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do sector administrativo, referidas na Portaria n.º 474/2010, de 15 de Junho, a tal obrigaria, não obstante na Lei das Finanças Locais, designadamente no n.º 1 do seu artigo 46.º referia que as contas dos municípios que detenham serviços municipalizados ou a totalidade do capital de entidades do sector empresarial local deveriam incluir as contas consolidadas. Apesar de a Lei a tal obrigar, era seu entendimento que as autarquias locais deveriam apresentar as contas consolidadas de todas as empresas em que tivesse qualquer percentagem no seu capital social. Na última sessão da Assembleia Municipal tinha referido que esperava que o município apresentasse logo que possível as suas contas consolidadas, mas de todas em que fizesse parte da sociedade. O município da Maia era titular do capital social de muitas empresas, que por não ser na sua totalidade, não eram apresentadas no presente documento, que considerou transparente, pois assim deveria ser apresentado aos senhores Deputados Municipais. O que hoje era apresentado, de forma consolidada, já o tinha sido feito em Abril último, de forma separada. Então, todos os senhores Deputados ficaram a saber a verdade e, dessa forma, puderam confirmar a transparências das contas. Por esta razão disse que nenhum senhor Deputado poderia afirmar desconhecer a real situação do Município. Para que toda a informação das contas fosse apresentada restavam as empresas não participadas na totalidade. Mas a lei a tal não obrigava o Município, o que lamentou. Manifestou a sua discordância sobre algumas considerações, por não serem verdadeiras, referidas numa intervenção anterior. Na primeira o orador tinha afirmado que o senhor Presidente, Vice-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

presidente da Câmara Municipal e todos os senhores Deputados do PSD não podiam sentir orgulho pelo facto de terem sido executados pelo Fisco, nomeadamente o imóvel do Fórum da Maia e em parcelas de casas de habitação social. A verdade deveria ser reposta. Não houve qualquer execução do Fisco. Este limitara-se a ter um entendimento leonino, típico de um “Estado despesista e um sorvedouro de recursos” e que entendeu que a Câmara Municipal da Maia, que apresentou lucros de dez milhões de euros, deveria contribuir para o despesismo do Governo Central que o que fazia actualmente. O Fisco criou diferendos tributários, nomeadamente sobre o IVA referente a uma operação aprovada pela Assembleia Municipal, num valor próximo dos seis milhões de euros. A Câmara reclamou, e para o fazer, como qualquer contribuinte, teve de apresentar uma garantia, que foram os imóveis referidos. Este era um procedimento usual pelo Fisco em muitas empresas do nosso país. À Câmara Municipal foi dada a razão, a dívida foi anulada e a garantia foi revogada. Porém, um senhor deputado tinha-se aproveitado para afirmar que o senhor Presidente, **Vice-Presidente** da Câmara Municipal e todos os senhores Deputados do PSD não podiam sentir orgulho pelo facto de terem sido executados pelo Fisco, quando na realidade o que acontecera fora a apresentação de uma garantia sobre uma hipotética dívida, que afinal não o era, como a Administração Fiscal pretendia que fosse. Na segunda referia-se à preocupação manifestada sobre o equilíbrio das contas de curto prazo do Município. Esclareceu que os *ratios* eram os mesmos que eram utilizados nas empresas privadas. As opiniões divergiam. Todos tinham o direito de opinar, porém ninguém deveria opinar, ou colocar em causa a idoneidade da Câmara no pagamento das suas dívidas. Ninguém deveria colocar a dúvida se a Autarquia era ou não boa pagadora. Esclareceu que os SMAS pagavam aos seus fornecedores a trinta dias e a Câmara Municipal a menos de oitenta dias. Citou estes dois casos, pois na globalidade das empresas do nosso município, representam noventa por cento de total de despesas com



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

fornecedores. Esta situação não existe noutros municípios. A Câmara da Maia estava numa situação económica confortável. Lamentou que a Oposição não tivesse aludido ao valor do activo municipal. Qualquer senhor Presidente de Câmara Municipal do nosso país deveria sentir-se profundamente orgulhoso com o valor do nosso activo municipal, graças aos empreendedores que nas últimas décadas, com uma larga visão do futuro e uma elevada competência empresarial, souberam gerir, e bem, os destinos do nosso município. -----

**JOÃO VELOSO DA SILVA TORRES** pediu a palavra para direito de resposta. Disse que tinha acabado de ouvir afirmações que ele próprio e o PS não admitiam. Esclareceu que na sua intervenção havia afirmado que o documento de Prestação de Contas Consolidadas – 2010 em análise, era um documento técnico e simultaneamente político. Político porque carecia de uma avaliação que era necessariamente subjectiva. O senhor Deputado Cândido Joaquim Lima da Silva Graça na sua intervenção tinha afirmado que a Prestação de Contas Consolidadas não era transparente. Reafirmou que efectivamente o documento em análise não relatava a totalidade da realidade empresarial municipal. Esta verdade era confirmada no relatório de análise dos Revisores Oficiais de Contas. Refutou a acusação de que o PS não gostava da Maia. Afirmou que o PS gostava tanto ou mais da Maia que os senhores Deputados da Maioria, mas assistia-lhe o direito de discordar do rumo ou das decisões tomadas pela Maioria neste Município. Disse que não admitia que fosse colocada em causa a sua honestidade, ou de qualquer senhor Deputado do PS, aliás salientou que tinha ressalvado o carácter subjectivo das suas afirmações. Outro caso referia-se à antecipação das rendas. O senhor Deputado António Fernando Gomes de Oliveira e Silva tinha afirmado que a Maioria sentia orgulho ao analisar as contas e no facto de o Fórum da Maia ter servido como garantia de uma execução fiscal. Lembrou que esta situação tinha sido despoletada no ano de 2004, devido ao facto de a Câmara Municipal da Maia ter feito a antecipação das rendas do seu imobiliário. Este facto, o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

da Autarquia em 2004 ter tido a necessidade de fazer a operação de antecipação das rendas, era a prova de que, já então, a autarquia vivia numa situação de crise económica que em nada se relacionava com a crise actual. A realidade de crise económica tivera início há uma década e os responsáveis pela gestão do nosso município deveriam ser responsabilizados. Esta verdade era dura de ouvir por parte da Maioria, mas o PS não poderia ficar calado ou indiferente perante esta realidade dura que não poderia ser refutada. O senhor Deputado António Fernando Gomes de Oliveira e Silva deveria preocupar-se com a projecção da sua imagem. Quando a Assembleia Municipal passar a transmitir as suas sessões em directo através da Internet, em “Live Stream”, o senhor Deputado António Fernando Gomes de Oliveira e Silva iria mudar radicalmente a sua postura perante as câmaras. Considerou a sua postura e as suas prestações nas Sessões da Assembleia Municipal, por vezes, no mínimo, algo caricatas ou cómicas. Disse ser um exercício de pura demagogia afirmar que havia falta de transparência no documento Prestação de Contas Consolidadas. Este documento apresentava uma visão geral das contas do grupo das empresas do município. O perímetro que tinha sido definido para o grupo de empresas municipais poderia, ou não, permitir ter uma visão mais clara sobre as contas do nosso município. Esta realidade não poderia ser negada. Por isso refutou as afirmações de falta de atenção, falta de conhecimento, falta de dedicação imputada aos senhores Deputados Municipais, por não terem uma visão geral da situação. Havia na realidade uma visão geral parcelar, através dos documentos presentes na última sessão da Assembleia Municipal, relativas às empresas onde a Câmara tinha uma participação social inferior a cem por cento, nomeadamente o TecMaia. Manifestou a sua esperança de oportunamente serem presentes as contas consolidadas de todas as empresas em que a Câmara Municipal tivesse uma participação parcelar ou total. -----





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** disse que o senhor Deputado João Veloso da Silva Torres tinha pedido a palavra para usar o direito de resposta. Não o fez. Na realidade tinha-se aproveitado para, através desta figura regimental, fazer uma intervenção. No futuro não lhe daria a palavra por esbulhado o direito de resposta e por ter excedido o tempo de intervenção.

**CÂNDIDO JOAQUIM LIMA DA SILVA GRAÇA** pediu a palavra para esclarecer que na sua intervenção que tinha afirmado que o senhor Deputado João Veloso da Silva Torres não era honesto. Reiterou a sua afirmação acusando este senhor Deputado de não ser honesto. O senhor Deputado João Veloso da Silva Torres tinha afirmado, ou dado a ideia, de que o endividamento do nosso município tinha sido feito ou gerado por obras megalómanas, Sabia que essa era a sua opinião e a sê-lo deveria mantê-la e não agarrar-se à opinião dos outros. Ao afirmar que o senhor Deputado João Veloso da Silva Torres não era honesto no seu pensamento político, pois para se pensar no futuro temos de analisar o presente e vermos o que realizamos no passado. A questão do endividamento da Câmara Municipal, se o senhor Deputado João Veloso da Silva Torres fosse honesto, saberia que o endividamento não era motivado por obras megalómanas, mas era devido à criação de infra-estruturas nomeadamente o Parque Industrial, a Rede Viária, as Redes de Distribuição de Águas e de Saneamento Básico. Concordou com o âmbito de contas consolidadas. Todas deveriam ser incluídas quer o município tivesse, ou não a totalidade do capital social. Porém a Lei das Finanças Locais, designadamente no n.º 1 do seu artigo 46.º referia que as contas dos municípios que detenham serviços municipalizados ou a totalidade do capital de entidades do sector empresarial local deveriam apresentar as contas consolidadas. Tudo deveria ser consolidado, mas para tal acontecer a lei deveria ser alterada. Também poderia acontecer que uma determinada entidade tivesse de ser obrigada a consolidar contas que não pudesse controlar ou gerir. O ideal seria uma participação a cem por cento, de forma a permitir uma gestão, sobre a qual pudesse ser



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

responsabilizado directamente. Se a Câmara Municipal da Maia não fosse a gestora da totalidade de determinadas empresas, não tinha de consolidar as suas contas, pois não tinha a capacidade de gerir e de determinar as regras de funcionamento dessas empresas. Os senhores Revisores Oficiais de Contas tinham razão, mas não passava de uma opinião. Se fosse como nos Estados Unidos da América em que tudo era consolidado, a Lei deveria ser alterada. -----

**ANTÓNIO FERNANDO GOMES DE OLIVEIRA E SILVA** disse que o senhor Deputado João Veloso da Silva Torres era próximo do senhor Engenheiro José Sócrates. Os portugueses reconheciam no senhor Engenheiro José Sócrates era a capacidade e a habilidade de projectar uma imagem. Agradeceu ao senhor Deputado João Veloso da Silva Torres a sua preocupação com a projecção da sua imagem em “Live Stream” e aceitava com muito bom grado as suas opiniões sobre questões de imagem. Estava de acordo com o senhor Deputado João Veloso da Silva Torres sobre a inclusão do TecMaia na consolidação das contas. Porém, ao contrário do que este senhor deputado afirmara, a inclusão das contas do TecMaia na prestação de contas consolidadas iria valorizar o município. Quando isso vier a acontecer ficará provada a sua razão. -----

**O VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA** reiterou que o documento de Prestação de Contas Consolidadas era um documento técnico, que tinha sido legalmente certificado por Revisores Oficiais de Contas. A Câmara Municipal estava a fazer um tremendo esforço financeiro para saldar as suas dívidas. No corrente ano tinha conseguido diminuir o valor da dívida em cinco milhões de euros. Sossegou o senhor Deputado João Veloso da Silva Torres para não ficar preocupado e de abandonar a sua postura de vigilante. Sobre o caso referido de cobrança do IVA sobre a receita da cobrança das rendas antecipadas, esclareceu que o fisco tinha actuado um pouco por todo o país no sentido de conseguir arrecadar receitas, de qualquer maneira. Um dos casos tinha sido a Gervais da Câmara Municipal de Lisboa, que envolvia um valor de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

cerca de doze milhões de euros. Graças ao poder dos lobbys partidários de Lisboa o Presidente da Câmara, António Costa, do Partido Socialista, tinha conseguido que o Governo socialista de José Sócrates publicasse no Diário da República uma portaria que isentara a Gervalis de pagar ao fisco o que este reclamava. Graças a uma portaria que tinha sido feita para resolver o problema da Câmara de Lisboa, todas as Câmara Municipais do país saíram beneficiadas desta situação. Disse que este comportamento do PS era errado, pois a lei deveria ser cumprida e não deveria haver lobbys para resolver determinados problemas. Sobre o caso relacionado com a cobrança de IVA, por parte do Fisco à Câmara Municipal da Maia, disse que se tinha aproveitado deste caso para ver se conseguia receitas com a operação realizada pela Autarquia. Acusou o Governo Socialista de ter colocado Portugal à beira da bancarrota e tinha dado ao Fisco instruções para conseguir receitas de qualquer maneira. Lamentou que apenas tivesse actuado com malabarismo junto dos mais pequeninos. O caso estava em Tribunal e sabia que a Câmara iria ganhar a questão, porém, apesar de saber que a razão estava do lado da Câmara da Maia, as atitudes do Governo tinham-na forçado a ter de ter despesas com advogados e a perder tempo com o processo. Considerou a atitude do governo a de: “um estado a engolir o outro Estado”. Esclareceu que no ponto em análise não estava incluído o TecMaia porque a Lei referia que apenas deveriam ser objecto de consolidação de contas as entidades municipais tuteladas pela autarquia a cem por cento. O TecMaia não o era. Se tivesse de ser incluído seria uma mais-valia para a consolidação, uma vez que esta empresa tem activos muito superiores ao passivo. A Câmara Municipal detém apenas 51% do capital social. A Câmara Municipal da Maia com um activo superior a setecentos milhões de euros, muito superior ao seu passivo, era a melhor prova de todos terem esperança no futuro desta autarquia. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

----- Posta à votação a Prestação de Contas Consolidadas de 2010 **foi aprovada por maioria** com três votos contra do BE e da CDU, e 12 abstenções do PS. -----

**3. 4. DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO DA PRETENSÃO DE CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO SOCIAL, NO TERRENO MUNICIPAL SITO NA RUA DAS LAGIELAS, FREGUESIA DE VILA NOVA DA TELHA;** -----

----- Inscreveram-se e usaram da palavra os senhores Deputados: -----

**JOAQUIM DA SILVA AZEVEDO SOUSA** leu o texto que faz parte integrante da acta como **documento 19.** -----

----- Na parte final desta intervenção, quando o senhor Deputado Joaquim da Silva Azevedo Sousa, declarou que iria votar contra, alguns cidadãos de etnia cigana presentes interromperam, por breves instantes, a intervenção do senhor Deputado, manifestando-se o seu desagrado contra o sentido de voto declarado pelo representante da Junta de Freguesia de Vila Nova da Telha. -----

**LUÍS MARIA FERNANDES AREAL ROTHES** leu o texto que faz parte integrante da acta como **documento 20.** -----

**TIAGO NUNO PIRES DE CARVALHO OLIVEIRA E SILVA** disse que deveria ser dada atenção ao essencial e não ao acessório. O ponto em análise “Declaração de Interesse Público da Pretensão de Construção de Habitação Social, no Terreno Municipal sito na Rua das Lágielas, Freguesia de Vila Nova da Telha”, era apenas, e só, a declaração de interesse público de um terreno. Todos os cidadãos da Maia eram iguais e não poderia haver uns cidadãos diferentes, no tratamento, de outros. Cinquenta e um cidadãos de etnia cigana não poderiam ter mais ou menos valor que os restantes cidadãos da Maia. Os de etnia cigana tinham um comportamento social e uma forma de estar diferente dos outros. Sobre a reacção destes cidadãos, durante a intervenção do senhor Deputado e representante da Junta de Freguesia de



Vila Nova da Telha, disse que, por vezes, perdiam a razão quando tomavam atitudes menos positivas, como aquela a que todos tinham acabado de assistir. A necessidade de declarar interesse público a um terreno municipal, destinado a construção de habitação social, era uma pretensão positiva. Saber agir no momento adequado, era uma qualidade apenas de alguns e uma das características dos bons gestores. Havia atitudes que pecavam por tardias, porém no caso em análise era o momento oportuno de agir. O PSD iria votar a favor a proposta em análise. -----

**ALBINO BRAGA DA COSTA MAIA** disse que não esperava falar neste ponto da Ordem de Trabalhos, porém o que tinha ouvido e assistido motivaram a sua intervenção. Concordou com as palavras do senhor Deputado Tiago Nuno Pires de Carvalho Oliveira e Silva ao repudiar a atitude dos ciganos, presentes na sala. No Período de Intervenção do Público o município e representante da comunidade cigana alojada na Rua 4, senhor Nuno Monteiro Rossio, louvara o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova da Telha, Floriano de Pinho Gonçalves por os receber em Vila Nova da Telha. Afirmou que durante todo o tempo em que foi Presidente de Junta de Freguesia sempre os apoiara, apesar de por vezes se terem verificado algumas divergências. Porém, na presente sessão o senhor Deputado Joaquim da Silva Azevedo Sousa, representante do senhor Presidente da Junta de Freguesia de vila Nova da Telha, Floriano de Pinho Gonçalves, na sua intervenção viera dizer o contrário, e com as suas palavras tinha despoletado a revolta dos ciganos presentes, a que todos lamentavelmente tinha assistido. Lamentou determinadas atitudes, sobretudo daqueles que se querem ver livres dos ciganos. A Junta de freguesia da Vila de Moreira quer resolver o problema. O ponto em análise “Declaração de Interesse Público da Pretensão de Construção de Habitação Social, no Terreno Municipal sito na Rua das Lagiêlas, Freguesia de Vila Nova da Telha” deveria reunir o consenso de toda a assembleia, porém a atitude tomada pelo representante da Junta de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

Freguesia de Vila Nova da Telha, provava o contrário, o que o deixara perplexo. A finalizar disse que sempre tinha defendido os ciganos e não iria mudar de atitude. Se não fosse encontrada solução para o alojamento destas famílias, a Vila de Moreira estava disponível para recebê-las. -----

**O VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA** disse que o pedido de declaração de interesse público de um terreno sito na Rua das Lagiêlas, freguesia de Vila Nova da Telha, no qual a Câmara Municipal pretendia construir habitações destinadas aos cidadãos de etnia cigana que há décadas estavam acampados na Rua 4, na freguesia de Moreira. O local poderia ter sido outro, nomeadamente na Vila de Moreira, porém este local tinha sido a melhor solução encontrada para resolver um problema de integração e habitação social com quatro décadas. A Câmara Municipal estava a tentar resolver os casos similares existentes no nosso concelho. Depois deste restava o das famílias ciganas acampadas na freguesia de Águas Santas. Eram situações que deveriam ser resolvidas com muita ponderação e de forma combinada com outras entidades, sobretudo na área de interacção social. O senhor Deputado Luís Maria Fernandes Areal Rothes, na sua intervenção, em nome do Partido Socialista, tinha aproveitado para sublinhar que um dos quatro pilares fundamentais em que deveria assentar a sua política autárquica de integração era o direito à habitação. Lembrou a este senhor Deputado que este dever não era da responsabilidade da Câmara Municipal, mas do Governo. A este deveria competir dar cumprimento a um direito constitucional e universal, porém, como se podia constatar, no presente caso era a Câmara da Maia que assumia as despesas desse direito. O quarto pilar: “A aposta na participação, no diálogo e na criação de instrumentos de mediação para a resolução de conflitos identitários e para a promoção da integração”, tal como todos sabiam, era um pilar que o Tribunal da Comarca não conhecia. A finalizar disse que a Câmara Municipal ia tentar o interesse público do terreno sito na Rua das Lagiêlas, para nele construir





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

dez habitações destinadas aos cidadãos de etnia cigana acampados na Rua 4, com a possível brevidade, de forma a estarem concluídas antes do Inverno, para que possam passar a ter melhores condições de habitabilidade e conforto. -----

----- A senhora Deputada e segunda Secretária da Assembleia, Márcia Isabel Duarte Passos Resende, ausentou-se da sala. -----

----- Posto à votação, **foi aprovado por maioria** com um voto contra, o ponto: Declaração de interesse público da pretensão de construção de habitação social, no terreno municipal sito na Rua das Lagiêlas na freguesia de Vila Nova da Telha. -----

----- A senhora Deputada e segunda Secretária da Assembleia, Márcia Isabel Duarte Passos Resende, retomou o seu lugar na sala. -----

----- Não havendo mais assuntos a tratar, foi lida e aprovada, por unanimidade, a acta em minuta, para efeitos imediatos das deliberações tomadas, tendo sido dado à Mesa o inerente voto para a sua elaboração definitiva. -----

----- E sendo zero horas e doze minutos do dia trinta de Junho do ano em curso, foi dada por encerrada a reunião, de que, para constar, se lavrou a presente que vai ser assinada pelos Membros da Mesa: Presidente da Assembleia Municipal, Luciano da Silva Gomes, pela 1.ª Secretária, Maria de Lurdes da Costa Almeida Rebelo Maia e pela 2.ª Secretária Márcia Isabel Duarte Passos Resende. -----

O Presidente: \_\_\_\_\_

A 1.ª Secretária: \_\_\_\_\_

A 2.ª Secretária: \_\_\_\_\_

**Assembleia Municipal da Maia**

---

**De:** presidente@jf-spedroavioso.pt  
**Enviado:** quarta-feira, 22 de Junho de 2011 0:33  
**Para:** assembleia@cm-maia.pt  
**Assunto:** Alteração de Presidente

Bom dia, Exmo. Sr. Presidente  
da Assembleia Municipal da Maia  
Luciano da Silva Gomes

Venho por este meio informar V. Exa., de que o Presidente da Junta de Freguesia de Avioso S. Pedro, Joaquim Guilherme da Costa Maia, pediu no passado dia 28 de Maio, suspensão de mandato por 365 dias. Sendo eu Mauricio Fernandes de Oliveira Ramos o segundo da lista, assumi desde logo o cargo de Presidente da Junta de Freguesia de Avioso S. Pedro.

Até hoje ainda não comuniquei a V.Exa., porque estava a aguardar pela nossa 3ª Sessão da Assembleia Ordinária que está marcada para hoje 22 de Junho, para eleição do novo Vogal para o Executivo.

Por isso pedia a V.Exa, que a partir deste momento alterasse o nome do Presidente da Junta assim como a respectiva morada para envio da correspondência.

A minha morada e contactos são os seguintes:

Mauricio Fernandes de Oliveira Ramos  
Travessa Vilarinho de Baixo N° 42  
4475-731 Avioso S. Pedro

Telem: 960018339  
E-mail: presidente@jf-spedroavioso.pt  
ou  
E-mail: mauricio.ramos@sapo.pt

*Informar*  
*27/6/11*  
*H.*  
*[assinatura]*

## Assembleia Municipal da Maia

---

**De:** Maurício F. Oliveira Ramos [presidente@jff-spcedroavioso.pt]  
**Enviado:** segunda-feira, 27 de Junho de 2011 9:29  
**Para:** Assembleia Municipal da Maia  
**Assunto:** Alteração do Executivo da Junta

Bom dia, Exmo. Sr. Presidente  
da Assembleia Municipal da Maia  
Luciano da Silva Gomes



Venho por este meio informar V. Exa., de que depois de no passado dia 22 de Junho de 2011, ter sido eleito em Assembleia Ordinária de Freguesia o novo Vogal para o Executivo, passou então a partir desta data o Executivo da Junta de Freguesia de Avioso S. Pedro a ser formado da seguinte forma:

Presidente - Mauricio Fernandes de Oliveira Ramos  
Travessa Vilarinho de Baixo N° 42  
4475-731 Avioso S. Pedro  
Telem: 960018339  
E-mail: presidente@jff-spcedroavioso.pt  
ou  
E-mail: mauricio.ramos@sapo.pt

Secretária - Maria Agostinha da Silva e Sá  
Rua do Moinho N° 70  
4475-707 Avioso S. Pedro  
Telem: 917492196  
geral@jff-spcedroavioso.pt

Tesoureiro - Carlos Manuel Pereira Assunção  
Rua Central de Cancelões N° 37  
4475-696 aVIOso s. Pedro  
Telem: 919705386  
geral@jff-spcedroavioso.pt

Cumprimentos  
--  
O Presidente

Maurício Fernandes de Oliveira Ramos  
Junta de Freguesia Avioso S. Pedro

Assembleia Municipal da  
Maia

Entrada nº 56  
Em 27/06/2011

## Assembleia Municipal da Maia

**De:** Luis Gourgel [luisgourgelsilva@hotmail.com]  
**Enviado:** terça-feira, 7 de Junho de 2011 18:08  
**Para:** assembleia@cm-maia.pt; Luis Rothes  
**Cc:** lucianogomesfolgosa@gmail.com; presidente@psmaia.net  
**Assunto:** RE: Edital da 3.ª Sessão Ordinária de 2011

Doc. 2  
sempre  
envioque-l  
o seguinte  
8/6/11

Boa tarde Sr. José Leal,

Devido a compromissos profissionais informo que estarei ausente do Porto no dia 29 de Junho data em que se irá realizar a 3.ª Sessão Ordinária de 2011.  
Perante o acima exposto agradeço que informem o deputado(a) suplente da lista do Partido Socialista.

Com os meus melhores cumprimentos,

Luís Gourgel Silva

---

From: assembleia@cm-maia.pt  
To: lucianogomesfolgosa@gmail.com  
Subject: Edital da 3.ª Sessão Ordinária de 2011  
Date: Fri, 3 Jun 2011 17:25:57 +0100

**Exmas. Senhoras e Senhores Deputados:**

**Encarrega-me o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Luciano da Silva Gomes, do envio, em anexo, do Edital da 3.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, que nesta data foi enviado por via postal.**

**Com os meus cumprimentos.**

**José Leal**

Assembleia Municipal da  
Maia

Entrada nº 53

Em 08/06/2011

Doc. 3

## Assembleia Municipal da Maia

---

**De:** Floriano Gonçalves [fpgoncalves@sapo.pt]

**Enviado:** sexta-feira, 17 de Junho de 2011 21:07

**Para:** assembleia@cm-maia.pt

**Assunto:** Substituição na A. M.



Ex.mo Senhor  
Luciano da Silva Gomes  
Mui Ilustre Presidente da  
Assembleia Municipal da Maia

Junto envio em anexo o pedido da minha substituição como deputado, na reunião de Líderes de 20 de Junho e na 3.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 29 de Junho de 2011.  
Aproveito para endereçar os meus melhores cumprimentos.

Vila Nova da Telha, 17 de Junho de 2011

Floriano de Pinho

Gonçalves

Ex. mo Senhor  
Presidente da Assembleia Municipal da Maia  
Luciano da Silva Gomes  
Praça do Município  
MAIA

Handwritten signature and checkmark.

Vila Nova da Telha 20 de Junho de 2011

Assunto: 3.<sup>a</sup> Sessão Ordinária de 2011

Floriano de Pinho Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova da Telha e deputado da Assembleia Municipal da Maia, de acordo com a lei e o regimento da Assembleia, vem por este meio informar V. Excia, que por motivos de ausência do Concelho, não me será possível estar presente na reunião de Lideres do dia 20 de Junho e igualmente na 3.<sup>a</sup> Sessão Ordinária, a realizar dia 29 de Junho de 2011, sendo substituído pelo Secretário do Executivo da Junta de Freguesia, Sr. Joaquim da Silva Azevedo Santos.

Aproveito para endereçar os meus melhores cumprimentos

*Floriano de Pinho Gonçalves*





Doc. 4

**JUNTA DE FREGUESIA DE GUEIFÃES  
CONCELHO DA MAIA**

*[Handwritten marks]*

EXMO. SENHOR  
LUCIANO DA SILVA GOMES  
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DA MAIA

Gueifães, 22 de Junho de 2011

Exmo. Senhor Presidente,

Os meus melhores cumprimentos.

Em conformidade com a alínea c), do n.º 1, do art.º 38º, da Lei 169/99, de 18/09, informo V. Exa., que estará presente na sessão da Assembleia Municipal, a realizar no dia 29 do corrente, o Senhor Aníbal Leite da Silva, Vogal da Junta de Freguesia de Gueifães, que por meu impedimento, é o Substituto por mim designado.

Sem outro assunto de momento, apresento a V. Exa., as minhas cordiais saudações Autárquicas.

O Presidente

ANTÓNIO ALBERTO ANJOS MONTEIRO  
(António Alberto Anjos Monteiro)



**Grupo Parlamentar do Partido Socialista**  
**Assembleia Municipal da Maia – 29-06-2011**

**INTERVENÇÃO**  
(PAOD - Período Antes da Ordem do Dia)

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal  
Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal  
Exmos. Srs. Vereadores  
Exmos. Srs. Deputados, cidadãos e órgãos de comunicação social

O Partido Socialista da Maia acredita que uma boa gestão camarária deve passar, nomeadamente, pela defesa e promoção do comércio tradicional. Uma acção política de qualidade não passa apenas por obras megalómanas ou investimentos milionários. Existem muitas situações em que a acção política, resumindo-se a pequenas iniciativas com custos reduzidos, pode gerar benefícios consideráveis.

Como todos os maiatos, temos verificado que o centro da nossa cidade tem, nos últimos anos, sofrido uma verdadeira infestação de parquímetros. Na zona central da cidade da Maia, numa área de cerca de 1 km<sup>2</sup>, praticamente não existe um único lugar de estacionamento que não seja pago. Curiosamente, esta é uma zona com um elevado número de estabelecimentos comerciais, na sua esmagadora maioria pertencentes ao já referido comércio tradicional.

Qualquer maiato que pretenda recorrer a estes estabelecimentos vê-se obrigado a pagar uma taxa de estacionamento, pelo período mínimo de 30 minutos. O Partido Socialista, como já afirmou no passado, contesta esta situação. Para além de ser criticável o alargado período mínimo de taxaçaõ, esta situação contribui para o declínio do comércio tradicional. Qualquer maiato pensa duas vezes antes de recorrer a estes estabelecimentos. *“Para quê pagar para estacionar o carro, muitas vezes a uma grande distância do destino pretendido, quando posso ir a uma grande superfície comercial?”* – é este o pensamento que pode passar pela cabeça de qualquer maiato. Com o número crescente de grandes superfícies comerciais no nosso concelho, e tendo em conta a comodidade que estas estruturas oferecem, esta dificuldade acrescida coloca em perigo a sobrevivência do “pequeno comércio”.

O PS Maia não propõe, contudo, que se extingam as zonas de estacionamento pago, embora seja nossa opinião que a quantidade de lugares abrangidos por esta modalidade é manifestamente exagerada. O que propomos é uma medida aparentemente simples e com impacto orçamental absolutamente insignificante. Da mesma forma que já foi aplicado noutros concelhos, propomos que se defina um período inicial de estacionamento que não seja taxado, por exemplo 30 minutos. Esta medida facilitaria o acesso dos clientes aos estabelecimentos comerciais, permitindo uma rotatividade no usufruto desses lugares de estacionamento, com óbvios benefícios para o comércio local.

O que propomos não constitui uma reformulação profunda da política de estacionamento do concelho, embora sejamos da opinião que seria positivo repensar esta matéria. Acreditarmos que os pressupostos para a taxação do estacionamento não estão a ser totalmente cumpridos. No próprio documento que hoje iremos discutir, onde são referidas as competências da Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia, pode-se ler o seguinte: “No âmbito do seu objecto poderá também...desenvolver, directa ou como empresa encarregada de gestão de concessões, a actividade de transporte colectivo de passageiros dentro da área do Município da Maia”. Tal não parece que esteja a ser cumprido. Mais, o estacionamento abusivo pode e deve ser combatido pelas autoridades, não é necessário criar lugares de estacionamento pagos. A solução encontrada pelo executivo não será a mais adequada a um concelho com as nossas características. A implementação de parquímetros faz todo o sentido numa zona urbana com graves problemas de tráfego automóvel e cuja área seja servida por uma rede de transportes públicos minimamente eficaz. Tal não se verifica na Maia. É verdade que a cidade da Maia se encontra relativamente bem servida de transportes públicos, mas uma grande área do concelho não é tão afortunada. Não podemos prejudicar duplamente os munícipes que não habitam no centro do concelho.

Com a aplicação da isenção de pagamento num período inicial podemos minorar os problemas resultantes da lacuna referida, promovendo o recurso ao comércio tradicional e, por consequência, a economia maiata. Por vezes bastam pequenas medidas que podem fazer uma enorme diferença.

O Partido Socialista da Maia coloca esta medida à consideração do executivo, tendo confiança que a julgarão exequível e positiva para o nosso concelho.

Pedro Martins



**Exm.º Senhor Presidente da Assembleia Municipal,**

**Exmas. Senhoras Secretárias,**

**Exm.º Senhor Presidente da Câmara Municipal,**

**Exmos. Senhores Vereadores,**

**Exmas. Senhoras e Senhores Deputados,**

**Órgãos da Comunicação Social,**

**Minhas Senhoras e meus Senhores.**

Foi hoje brindada com o privilégio de me dirigir a esta Assembleia como prelúdio da ordem de trabalhos, privilégio que partilho não só com os meus companheiros de bancada mas também com todos vós.

Sendo esta a primeira reunião após o recente sufrágio que levou a que se operasse uma mudança de Governo, e iniciando-se uma nova legislatura, não posso deixar de congratular o nosso Primeiro Ministro Pedro Passos Coelho pelo brilhante resultado obtido, contrariando as vozes dos profetas do costume.

A voz popular foi tão clara como evidente se mostrava a necessidade de uma nova orientação, de novas políticas sociais e económicas, sendo que umas não se desligam das



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

Grupo Parlamentar Municipal

**outras, antes devem ser concertadas para que seja possível o crescimento económico sem prejuízo dos mais necessitados e desfavorecidos.**

**Congratulo-me, em particular, como maiata e deputada da bancada do partido social democrata, com o expressivo voto de confiança que os nossos munícipes depositaram no nosso partido, registando um aumento de 10 pontos percentuais, traduzido em mais 7678 votos do que nas anteriores legislativas. O que maior relevo assume, considerando o aumento dos votos nulos e em branco.**

**Sendo ainda de salientar que, das 17 freguesias do nosso Concelho, só não fomos o partido mais votado em Gondim, por uns escassos 16 votos....**

**E relembro que esta edilidade está, hoje, devidamente representada na Assembleia da República pela nossa companheira Emília Santos – a quem endereço as minhas felicitações, pessoais e em nome desta bancada - que certamente saberá dar voz às preocupações e às necessidades deste Concelho. Que não são, aliás, tão distintas das do resto do País.**

**A tarefa que hoje se depara ao Governo é maior do que a actual situação sócio-económica do país. E digo maior porque aquilo que todos dele esperamos – e a que se propõem - não se**



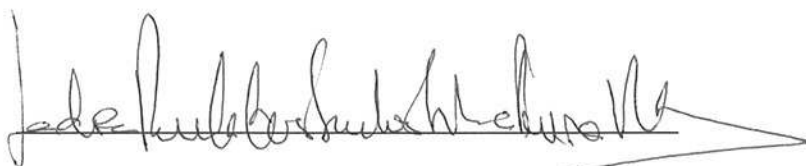
**esgotará certamente em cumprir com as condições negociadas com a troika. É preciso ir mais além com a noção de que sem a adopção de medidas que estimulem o desenvolvimento económico, não haverá desenvolvimento social.**

**Os portugueses demonstraram, no exercício dos seus deveres cívicos, estarem cientes das dificuldades que nos aguardam, do mesmo modo que se expressaram no sentido de que este Governo será o mais capaz para as ultrapassar.**

**De todos nós, maiatos, espera-se que continuemos a trabalhar como sempre o fizemos: com empenho, dedicação e perseverança, na certeza que continuaremos a ser no futuro o exemplo que já somos no presente.**

**É essa a renovada esperança que os resultados eleitorais reflectem no novo Governo. É essa a inelutável certeza, que sei não só dos meus companheiros de bancada como de todos os colegas deputados. Com competência. Com confiança.**

**Maia, 29 de Junho de 2011**



(Lídia Paula dos Santos Silva Pereira Branco)

**VOTO DE LOUVOR**



Na última época desportiva, vários atletas e clubes Maiatos obtiveram resultados dignos de registo, conseguindo desta forma, um enorme feito no panorama desportivo Nacional.

Com estes resultados, ajudaram a projectar, ainda mais, o nome da Maia, justificando, por isso, o nome de "Maia – Capital do Desporto", granjeando o respeito e admiração de todos os Portugueses em geral e dos Maiatos em particular.

O Castelo da Maia Ginásio Clube é uma instituição que se afirmou há longo tempo como uma das mais prestigiadas colectividades desportivas de Portugal. As suas recentes vitórias, nomeadamente a obtenção dos títulos nacionais de voleibol alcançados na época desportiva que recentemente terminou são dignas de registo.

O Castelo da Maia Ginásio Clube alcançou o primeiro lugar no Campeonato Nacional da divisão A2 de Seniores Femininos e, conseqüentemente, subiu ao principal escalão de voleibol português (A1) e foi campeã nacional de Juvenis Femininos, Iniciados Femininos e em dupla masculina de voleibol ao ar livre, e, ainda, conquistou o Supertaça em Seniores Masculinos.

Estes resultados são motivo de orgulho e de admiração por parte de todos os maiatos.

Atenta a esta realidade, a Assembleia Municipal da Maia na sua 3ª Sessão Ordinária realizada a 29 de Junho de 2011, apresenta um Voto de Louvor ao Castelo da Maia Ginásio Clube aos seus atletas, dirigentes, treinadores, associados e extensivo a todos quantos os ajudaram a alcançar tal feito desportivo, Pais e Familiares, que muito honra e enche de orgulho a nossa Terra e as nossas Gentes.

Maia, Paços do Concelho, 29 de Junho de 2011

O Grupo Parlamentar Municipal do PPD/PSD



Nota: Solicitamos que deste Voto de Louvor seja dado conhecimento ao Castelo da Maia Ginásio Clube.



CDU

1- Período de Antes da Ordem do Dia.

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal,

Exma.s Sra.s Secretárias,

Exmo. <sup>Vice</sup> Sr. Presidente da Câmara,

Caros Sr.s Deputados.

Estimada Comunicação Social e Público presente.

Após um acto eleitoral num momento em que o país se encontra numa grave crise económica e social, fruto das sucessivas políticas adoptadas pelos consecutivos governos, que levou o país a um crescente empobrecimento não podemos deixar de aqui fazer algumas referências às medidas impostas pela Troika e apadrinhadas quer pelo anterior Governo quer pelo actual Governo PSD e CDS.

As medidas que se avizinham, apelidadas de duras e necessárias pelos que defendem falsamente não existir qualquer outra alternativa, mais não são que a continuidade das medidas de austeridade previstas nos vários PECs. Medidas estas que aliás, contribuíram para um maior empobrecimento do país e dos portugueses, medidas que comprovadamente não permitem o crescimento económico nem o relançamento da economia.

O Programa da Troika FMI/BCE/EU traduz-se numa ingerência externa intolerável. Representa a maior agressão desde os tempos do fascismo aos direitos do Povo Português e aos interesses do País. Em suma representa um desastre nacional.

É de frisar que esta intervenção externa não resolve nenhum dos problemas do país, antes acentua as desigualdades existentes, contribuindo para o agravamento da recessão económica, do desemprego e da pobreza.

Como se não bastasse a perspectiva real do aumento do desemprego e da precariedade nos próximos anos, eis que uma das medidas é precisamente a redução máxima do subsídio de desemprego para 18 meses e a limitação do seu montante a 2.5 do Indexante dos apoios sociais, com redução sistemática do seu valor após seis meses. Parece não ser já suficiente o n.º de desempregados que não têm direito a este subsídio nem a qualquer apoio social muitas das vezes em virtude dos falsos recibos verdes.

Pretende-se reduzir a taxa social única paga pela entidade patronal, e como medida de compensação, mas sem qualquer surpresa, agrava-se os impostos pagos – em especial o IVA – pelos trabalhadores, como não podia deixar de ser.

Ainda na mesma linha do agravamento da exploração temos o embaratecimento dos despedimentos através da redução dos montantes da respectiva indemnização e o alargamento da possibilidade de despedimento individual «por justa causa» ligada à inadaptação do trabalhador sem a introdução de novas tecnologias. Sabemos que o Princípio Constitucional da Proibição dos despedimentos sem justa causa incomoda verdadeiramente alguns sectores da sociedade, mas não esquecemos que a sua existência é sintomático de um regime democrático.

Mas os ataques ao povo português, não se ficam por aqui...

Com os cortes significativos na saúde, aumento das taxas moderadoras e introdução de limites nas despesas de saúde, é notório que o acesso à saúde fica claramente comprometido.

Acresce ainda os cortes na educação, na justiça e na administração local e regional.

A eliminação de freguesias e municípios em n.º significativo afastam largas camadas da população de serviços essenciais.

A continuada redução das transferências do Estado para as Autarquias locais impede uma resposta condigna e urgente junto das populações locais.

Relativamente aos serviços públicos, referir os cortes de linhas do STCP, em particular da linha 602 com encurtamento da oferta até às Guardedeiras, bem como, a previsão de encerramento da loja dos CTT em Vermoim.

O encerramento da estação dos CTT em Vermoin, na Maia, constitui, de facto, um acto particularmente gravoso para a população que habita ou trabalha naquela freguesia da Maia e que vai obrigar os utentes a percorrerem distâncias adicionais muito significativas pois que terão que se socorrer de uma outra estação dos CTT, situada no centro da cidade da Maia, a cerca de 1,5 quilómetros. Para além do encerramento de mais um local onde era prestado um serviço público essencial, estima-se também que o fecho desta estação dos CTT envolva uma redução de, pelo menos, mais 2 postos de trabalho.

A CDU recusa este rumo de desastre, de inevitável recessão, esta governação contra o povo.

Renegociar a dívida e defender a produção nacional é a alternativa possível.

p/ Benedito da CDU.  
Kauê Oliveira



Bloco de Esquerda

Assembleia Municipal da Maia

Doc. 9

✓  
1.º  
ms

### Moção

Os números divulgados pela Direcção Geral do Tesouro e Finanças sobre os valores efectivamente cobrados em 2010 nas três Scut da região Norte confirmam que a decisão de acabar com a portagem virtual naquelas Scut não teve qualquer racionalidade económica e social.

O valor (parcial) obtido em 2010, - 12 milhões de euros - com a portagem real das 3 Scut, correspondeu a menos de 6% das rendas pagas às concessionárias.

Também os últimos dados do INIR (Instituto de Infra-estruturas Rodoviárias) indicam uma elevadíssima redução na utilização das ex-SCUT Costa da Prata, Grande Porto e Norte Litoral.

E quanto é que perdeu a economia da Maia e da região Norte com a decisão política de acabar com as Scut?

As organizações económicas do norte de Portugal e da Galiza, as associações empresariais e as populações chamam a atenção para as consequências devastadoras para a economia daquela desastrosa decisão. As perdas no turismo, apenas nas localidades servidas pela A28, são muitas vezes superiores aos 3,5 milhões de euros de portagens arrecadados pela concessionária. E falta ainda fazer as contas dos aumentos nos gastos com combustíveis ou os custos da maior sinistralidade rodoviária que decorrem da utilização acrescida da EN13. Também as exportações para a Galiza (em valor superior às exportações para os Estados Unidos) ficam com custos acrescidos.

A decisão de portajar as 3 Scut da região Norte, invocando absolutamente a despropósito o princípio do utilizador-pagador, está a prejudicar muito seriamente a economia e toda a região.

Assim, a Assembleia Municipal da Maia reunida em 29 de Junho de 2011, não podendo ficar indiferente às consequências desastrosas da introdução de portagens nas Scut Costa da Prata, Grande Porto e Norte Litoral, decide:

**- Manifestar ao novo governo a necessidade de ser repensada a introdução de portagens nas 3 Scut da região Norte, pondo-se fim aos seus efeitos negativos na economia da euro-região.**

O grupo municipal do Bloco de Esquerda

*Silvestre Pereira*

*Francisco Amorim*

Maia 29 de Junho de 2011

## Moção

A Administração dos CTT decidiu encerrar oito estações de correio na área do Grande Porto, sendo uma delas a de Vermoim, no concelho da Maia.

Esta decisão dos responsáveis dos CTT é mais um exemplo da política de desmantelamento dos serviços públicos, e da privatização de actividades, como a dos correios, que por constituírem um “monopólio natural” garantem à partida lucros aos privados.

A decisão de encerramento da estação de correios de Vermoim não é baseada em critérios de racionalidade social ou económica, vai prejudicar a prestação, com qualidade, daquele serviço público. O anunciado encerramento, obrigará à concentração da actividade postal e serviços conexos, num outro balcão já de si saturado onde os maiatos gastam um tempo infinito para qualquer serviço que necessitem daquele posto que ainda por cima se situa a mais de um quilómetro de distância!

A Assembleia Municipal da Maia, reunida em 29 de Junho de 2011, em defesa dos serviços públicos e do bem-estar das populações da Maia, DELIBERA:

1 – Manifestar a sua viva discordância, com o anunciado encerramento da estação dos CTT em Vermoim;

~~2 – Solicitar, através da Mesa, uma reunião urgente duma representação desta Assembleia Municipal com a Administração dos CTT, com o fim de~~

~~encontrar uma solução que preserve um melhor serviço público à população~~  
~~Maia.~~

O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda

*Silvestre Pereira*

*Francisco Amorim*

Maia 29 de Junho de 2011

*Francisco Amorim*  
*Francisco Amorim*

Foi aceite a retirada do port 2. da Moção  
*Amorim*



**3.ª Sessão Ordinária de 29/06/2011**

**1. Período de Antes da Ordem do Dia**

*[Handwritten signature]*

Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Senhores Deputados

Senhor Presidente da Câmara Municipal

No passado dia 5 de Junho os portugueses tiveram a oportunidade de escolher uma nova Assembleia da República. Da vontade dos portugueses surgiu um consenso parlamentar que permitiu a constituição de um governo de direita liderado pelo PSD e pelo CDS-PP.

O Grupo do Partido Socialista felicita desde já o PSD pela vitória conseguida nestas eleições e deseja aos dois partidos da coligação um bom trabalho na governação dos destinos do país, num momento particularmente difícil de crise económica e financeira.

Queremos aqui afirmar que o PS continuará, com a mesma postura de responsabilidade, a fazer uma análise das medidas do Governo e dos impactos que as mesmas terão para o nosso concelho. Continuaremos a fazer essa análise tendo em conta o difícil momento que o país atravessa e sem nunca esquecer que, no passado recente, essas dificuldades obrigaram a medidas exigentes e que muitas vezes foram contestadas pela maioria que agora governa.

*(X)* Assim, *de* todas as forças políticas com voz nesta Assembleia, mas muito particularmente ao PSD e ao CDS-PP, o Partido Socialista espera continuar a ver o mesmo empenho e a mesma forma de análise e de crítica às medidas que este governo venha a tomar e que tenham impacto na vida das autarquias e, muito especialmente, na vida dos maiatos.

O Partido Socialista entende e sempre entendeu, que este momento de dificuldades exige uma atenção muito particular à situação económica do país, mas será essencial não descuidar os aspectos sociais da governação, pois estes têm um enorme impacto no quotidiano das famílias. Desta forma, continuaremos a ter uma atenção redobrada nestes aspectos e continuaremos a reivindicar por parte do Governo e por parte desta autarquia a maior atenção a estes aspectos.

Entendemos que o último Governo da nação, liderado pelo Partido Socialista, não esqueceu o essencial dos aspectos sociais, tendo-se reflectido isso no nosso concelho.





Num contexto difícil a Maia viu o Governo a investir fortemente na qualidade de vida dos maiatos, como são exemplos:

- A aposta mais do que ganha na melhoria dos cuidados de saúde primários, com a criação das Unidades de Saúde Familiares, que permitem hoje a todos os maiatos terem acesso a um serviço de saúde digno e de qualidade garantido pelo Estado;
- A requalificação do parque escolar que permite hoje que as nossas crianças e jovens tenham acesso a um ensino de qualidade, com infraestruturas modernas e vocacionadas para os desafios da sociedade do futuro, garantindo dessa forma uma igualdade de oportunidade de desenvolvimento a todos os jovens;
- Os investimentos realizados ao nível de infraestruturas de transporte e de segurança, como são exemplos as obras de beneficiação do Aeroporto em Pedras Rubras e a instalação do quartel da GNR no Castelo, entre outros investimentos com a iniciativa privada e com IPSS.

São vários os exemplos de intervenção positiva do último Governo na Maia. O PS manter-se-á expectante à actuação deste novo Governo de coligação de direito e estará especialmente atento às áreas sociais essenciais, das quais um governo não se pode demitir. Aguardaremos também com atenção o comportamento da maioria desta Assembleia Municipal.

Relembramos aqui que o Grupo do PS nesta Assembleia soube discordar e divergir do Governo quando os interesses da Maia e dos maiatos estavam em causa. Foi o que aconteceu, por exemplo, com a instalação de portagens nas SCUT's, ~~onde o Grupo do PS, desde o início, se mostrou contra, fazendo chegar o seu descontentamento ao Governo.~~ É esta mesma atitude que esperamos que a maioria do PSD tenha e mantenha em defesa da Maia. Queremos acreditar que a simples mudança de protagonistas governativos não venha a diminuir o ímpeto de oposição do PSD e do CDS-PP a medidas prejudiciais aos maiatos e à Maia.

Os próximos tempos serão difíceis, exige-se uma postura de responsabilidade às forças políticas desta Assembleia, e neste novo ciclo político os maiatos poderão continuar a contar com um PS atento e que estará sempre na defesa de um Estado que garanta aos cidadãos uma saúde e um ensino de qualidade, não aceitando medidas que ponham em causa os avanços feitos nestas áreas, e claro, um país e um concelho solidário, atento às questões da igualdade de oportunidades e às questões sociais que terão nos próximos tempos uma grande relevância, devido ao actual contexto de restrição e de que ~~à~~ <sup>uma</sup> ~~ver~~ <sup>vez</sup> ~~neo-liberal~~ <sup>este novo</sup> Governo não nos deixa tranquilizados.

Maia, 29 de Junho de 2011

Marco Martins

**INSCRIÇÃO PARA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

Exm.º Senhor:

Presidente da Assembleia Municipal

MAIA

Nome JOÃO PAULO LOPESMorada RUA A VILA NOVA DETELHAFreguesia VILA NOVA DA SELHACódigo Postal 

4	4	7	0
---	---	---	---

 — 

7	1	9
---	---	---

MAIA

Vem, muito respeitosamente, solicitar a V. Ex<sup>a</sup>., que atento ao disposto no nº 3, do artigo nº 40.º do Regimento da Assembleia Municipal da Maia, lhe seja concedido um período de tempo para pedir os seguintes esclarecimentos:

Descrição do assunto:

TRANSPORTES PÚBLICOS E BARRIXOS AQUILO 1984/1985Maia, 29 / 6 / 2011

(Assinatura)

João Paulo

Obs.: A intervenção do público fica sujeita às regras estabelecidas no artigo 48º do Regimento da Assembleia Municipal da Maia.

João Couto Lopes

Maia 29 de Junho de 2011

Os meus cumprimentos ao Sr. Presidente do Executivo ao Sr. Presidente da mesa da Assembleia e a todos os membros da mesa, aos Srs. Deputados e a todos os presentes nesta Assembleia.

1º Exmo. Sr. Presidente, V. Exa. Dando resposta e seguimento às questões por mim colocadas na anterior Assembleia, diz que a Freguesia de Vila Nova da Telha está excelentemente servida de transportes públicos, STCP – 602- 604 e pela linha B do Metro do Porto.

Sr. Presidente, não é verdade que Vila Nova da Telha esteja bem servida de transportes públicos, muito menos excelentemente bem servidos, só existe uma razão para V. Exa. Responder desta forma (a de ser mal informado) pois o autocarro 602 entra em Vila Nova da Telha (urbanização lido) mas no regresso já não vem por lá, o 604 nem entra em Vila Nova da Telha, a Maia transportes passa por Vila Nova duas vezes por dia, o Metro do Porto como V.Exa. Sabe é deficiente, não serve todos os Cidadãos.

O Sr. Presidente não querendo acreditar no que eu digo, fale com os elementos da Junta de Freguesia de Vila Nova aqui presentes, e verá que afinal estava enganado na resposta (afirmação) que deu ao Município em questão. E que faz imensa falta um transporte publico que sirva toda a população de Vila Nova em especial para o centro de Saúde.

Sr. Presidente, V. Exa. Diz não ser possível ter uma linha dos STCP á porta da USF Pedras Rubras porque para tal era necessário a Av. Prof. Dr. José Vieira de Carvalho chegar até à rua Cruz das Guardas, o que acontecerá dentro de prazo **Razoável**, o que para V. Exa. É tempo razoável, para os moradores de Vila Nova da Telha que são atendidos na USF de Pedras Rubras é demasiado tempo.

Sr. Presidente, gostava eu e muitos outros, que V. Exa. Traduzi-se o que é tempo razoável, será mais 4 anos? Ou será dentro de poucos meses?.

## 2º Barreiras Arquitectónicas.

Concordo com o Sr. Presidente de que o estacionamento automóvel nos passeios é intolerável é um problema de falta de civismo e de fiscalização policial, mas Sr. Presidente, a policia municipal não poderá fiscalizar essa infracção de transito? Se pode porque não actua?.

Na Assembleia descentralizada em Vila Nova da Telha coloquei ao Sr. Presidente uma questão de os deficientes motor comprovados ficassem isentos de pagar estacionamento a exemplo do que se vê noutros países europeus , V. Exa. Encaminhou para o departamento competente e a resposta veio de que a legislação não prevê isenção e que a Maia tem muitos estacionamentos gratuitos para deficientes, Sr. Presidente, dei uma volta nas redondezas da Câmara e só vi um estacionamento sinalizado destinado a viaturas para portadores de deficiência motora, mas esse lugar está constantemente ocupado por viaturas de condutores sem deficiência motora, e olhe que é aqui ao lado, nas barbas da Câmara Municipal de frente à farmácia, como tenho passado nesse local todos os dias tirei esta foto , por ter visto uma senhora que saiu da farmácia não é deficiente e de seguida o farmacêutico estacionou o gip no lugar onde não devia, julgo ser este acto do conhecimento das autoridades policiais, PSP e Policia Municipal. Porque isto é permitido, pergunto?.

Diz V. Exa. Que poderia ser evitado o estacionamento abusivo através da colocação de balizadores que o impeça, mas que ai teria o João Couto Lopes a reclamar a retirada dos balizadores, é verdade Sr. Presidente que reclamo, e sabe porquê, porque não penso só nos deficientes motor, penso nos invisuais porque amanhã poderei ser um invisual, como qualquer um de nós.

3º Placard publicitário que limita o passeio destinado a peões.

Sr. Presidente, pode o placard estar a cumprir a legislação como V. Exa. Diz, mas não seria bom a Câmara Municipal da Maia ter em atenção dos problemas que a colocação desses aplacardes causam aos deficientes?

Dou como exemplo de sensatez a colocação de um placard igual ao que está na rotunda das Guardedeiras e com a mesma publicidade e tamanho, **ver foto:** quem vai da Câmara Municipal para a zona industrial pela ponte do Metro á sua direita em baixo vê um placard bem colocado não obstruindo o passeio, esse sim cumpre a legislação das Acessibilidades, Quem tiver de circular nas imediações do centro comercial Vivaci e rotunda das Guardedeiras tem de fazer constantemente gincana tal é o numero de poste de publicidade que é colocada nos passeios.

4º

Por ultimo a titulo informativo, a falta de Acessibilidades ao Metro do Porto.

Nos dias 27-28 e 29 de Maio desloquei-me a Budapeste na Hungria na qualidade de Delegado Oficial à Assembleia Geral Anual do Forum Europeu da Deficiência, onde informei a Assembleia do FED das preocupações e dificuldades de acesso ás novas composições do Metro do Porto, no inicio deste mês recebi de Bruxelas comunicação de que uma delegação do FED tinha já reunido no dia 31 com a Comissão Europeia, e no dia 1 com o Presidente da União Europeia o Dr. Durão Barros, tendo colocado as questões que preocupam todos os deficientes, especialmente os Europeus, tendo as partes mostrado empenhamento em marcar uma reunião com os responsáveis europeus para que a legislação seja aplicada, transportes públicos para todos.

Sem mais agradeço o tempo dispensado

João Couto Lopes



Handwritten notes and signatures at the top of the page.



06/21/2011 11:06





03/09/2011 11:41

Handwritten marks and signatures at the top of the page.

INSCRIÇÃO PARA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Exm.º Senhor:

Presidente da Assembleia Municipal

MAIA

Nome

Ferreira Oliveira Fernandes Reis Lopes Gomes-Pires

Morada

Rua 4, nº 259 - Urb. do Alentejo

Freguesia

V.N.ª Feijó

Código Postal

4470-713

Vem, muito respeitosamente, solicitar a V. Ex<sup>a</sup>., que atento ao disposto no nº 3, do artigo nº 40.º do Regimento da Assembleia Municipal da Maia, lhe seja concedido um período de tempo para pedir os seguintes esclarecimentos:

Descrição do assunto:

Falar das questões de segurança e salubridade da Rua 4

Maia, 27/06/2011

(Assinatura)



Obs.: A intervenção do público fica sujeita às regras estabelecidas no artigo 48º do Regimento da Assembleia Municipal da Maia.



Exmos Srs

Vai para quase 3 meses o alojamento provisório das famílias de etnia cigana. ✓ 9/11

As condições tanto para eles como para nós degradam-se a olhos vistos; são os parapeitos pretos da gordura de lavar a louça, são as tendas que se encontram <sup>Rasgadas</sup> ~~Rotas~~, é a roupa estendida pela rua a secar e como eles não aguentam o calor vem para os passeios à procura de sombra.

Para nós moradores estas imagens ~~são~~ incomodam pois como devem notar não é agradável ter como vista pessoas a descansar no passeio; a comer pois no terreno que eles se encontram provisoriamente não tem condições tanto de higiene como de salubridade e nós acabamos por não ter condições de habitabilidade.

O sr. Presidente da Câmara tem na sua posse 2 ~~documentos~~ <sup>ofícios</sup> enviados pelo sr. Dr. Orlando Duarte Delegado de Saúde da Ilha a confirmar que não há e na Rua 4 condições de higiene e salubridade. Existe sim e um foco de propagação de vectores vários, não só para os residentes mas para toda a área envolvente. Queremos saber como se encontra a situação pois este mesmo provisório não é aceitável.



Ministério da Saúde



**ARS NORTE**

Administração Regional  
de Saúde do Norte, I.P.



**Aces Maia**

AGRUPAMENTO DE CENTROS DE SAÚDE DA MAIA  
UNIDADE DE SAÚDE PÚBLICA

Handwritten initials and a checkmark.

**Ex.ª SENHORA:**

**Mª OLINDA F. REIS L. GONÇALVES**

**RUA 4, Nº 259, URB. DO LIDADOR**

**4470-713 V.N.TELHA**

Sua referência	Data	Nossa referência	Data
		408 /2011	2011/05/11

**ASSUNTO: QUEIXA DE INSALUBRIDADE**

Na sequência da exposição apresentada, informamos V. Ex.ª que foi enviado à Câmara Municipal da Maia – N/Ofício n.º 406 /2011, de 11 de Maio (em anexo), solicitando que actue em conformidade com os preceitos legais em vigor.

Com os melhores cumprimentos,

**O DELEGADO CONCELHIO DE SAÚDE**

Stamp: ORLANDO DUARTE  
Delegado Concelhio  
de Saúde da Maia



Ministério da Saúde

ARS NORTE

Administração Regional  
de Saúde do Norte



Acés Maia

AGRUPAMENTO DE CENTROS DE SAÚDE DA MAIA  
UNIDADE DE SAÚDE PÚBLICA

EX.<sup>MO</sup> SENHOR

PRESIDENTE DA CÂMARA

MUNICIPAL DA MAIA

PRAÇA DO MUNICÍPIO, S/N.º

4470-202 MAIA

Sua referência

Data

Nossa referência

Data

406 /2011

2011-05-11

ASSUNTO: QUEIXA DE INSALUBRIDADE

LOCAL: R. 4 DA URBANIZAÇÃO DO LIDADOR, N.º 304..... 4470-713 VILA NOVA DA TELHA

Na sequência de exposição enviada a estes Serviços, referente a um realojamento de uma comunidade de etnia cigana, em lotes de terreno camarário, verificou-se tratar-se de uma população com um total de aproximadamente 70 pessoas, das quais cerca de 40 são crianças, desconhecendo-se o prazo de permanência dessa população nesse local.

Nos lotes estão colocadas várias tendas de campismo e dois contentores metálicos (um para IS e outro para alojamento de 2 famílias). O contentor destinado a instalação sanitária é a única estrutura provida de electricidade, água da rede pública e rede de saneamento, encontrando-se todo o restante acampamento sem quaisquer infra-estruturas, o que promove más condições de habitabilidade, insalubridade e a propagação de vectores vários, não só para os aí residentes mas para toda a área envolvente.

Face ao exposto e pelo facto de consideramos que se trata de uma situação grave de insalubridade e de precariedade social, solicitamos que com a brevidade possível sejam tomadas as diligências necessárias à resolução da situação, considerando que se torna urgente a salvaguarda das mais elementares condições de salubridade e de habitabilidade, tanto da comunidade residente nos terrenos camarários como da população vizinha.

Com os melhores cumprimentos,

O DELEGADO CONCELHIO DE SAÚDE

OSLÁNDO DUARTE  
Delegado Concelhio  
de Saúde da Maia



**ARS NORTE**  
Administração Regional  
de Saúde do Norte

**Aces Maia**  
AGRUPAMENTO DE CENTROS DE SAÚDE DA MAIA  
UNIDADE DE SAÚDE PÚBLICA

EX.<sup>MO</sup> SENHOR  
PRESIDENTE DA CÂMARA  
MUNICIPAL DA MAIA  
PRAÇA DO MUNICÍPIO, S/N.º  
4470-202 MAIA

Sua referência

Data

Nossa referência

510 /2011

Data

2011/06/16

ASSUNTO: QUEIXA DE INSALUBRIDADE

LOCAL: R. 4 DA URBANIZAÇÃO DO LIDADOR, N.º 304..... 4470-713 VILA NOVA DA TELHA

Relativamente ao assunto em epígrafe, e após nova visita ao terreno cedido pela CMM para o realojamento de uma comunidade de etnia cigana de cerca de 10 famílias, constatou-se que as águas residuais provenientes tanto dos tanques para a lavagem da roupa, como das bancas de cozinha, escorrem directamente para a via pública causando um foco de insalubridade em toda a zona envolvente, afectando as habitações vizinhas.

Face ao exposto, solicita-se que todas as águas residuais provenientes dos tanques de lavagem e bancas de loiça sejam provisoriamente ligadas à rede pública de saneamento, de forma a minimizar os focos de insalubridade em toda a zona envolvente, enquanto a comunidade em causa não for realojada em instalações adequadas.

Com os melhores cumprimentos,

**O DELEGADO CONCELHIO DE SAÚDE**

ORLANDO DUARTE  
Delegado Concelhio  
de Saúde da Maia

## INSCRIÇÃO PARA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

**Exm.º Senhor:**

**Presidente da Assembleia Municipal**

MAIA

Nome Muno Rantiero

Morada Neira Maia

Freguesia *Noruega*

Código Postal

Vem, muito respeitosamente, solicitar a V. Ex<sup>a</sup>., que atento ao disposto no nº 3, do artigo nº 40.º do Regimento da Assembleia Municipal da Maia, lhe seja concedido um período de tempo para pedir os seguintes esclarecimentos:

**Descrição do assunto:**

Alignamento

Maia, 29 / 6 / 2011

(Assinatura)

Obs.: A intervenção do público fica sujeita às regras estabelecidas no artigo 48º do Regimento da Assembleia Municipal da Maia.

INSCRIÇÃO PARA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Exm.º Senhor:

Presidente da Assembleia Municipal

MAIA

✓ 8 12

Nome António Plácido Marques Dias

Morada Rua do Mosteiro, 304

Freguesia Aguas Santas

Código Postal 

4	4	2	5
---	---	---	---

 - 

1	5	0
---	---	---

Vem, muito respeitosamente, solicitar a V. Ex<sup>a</sup>., que atento ao disposto no nº 3, do artigo nº 40.º do Regimento da Assembleia Municipal da Maia, lhe seja concedido um período de tempo para pedir os seguintes esclarecimentos:

Descrição do assunto:

Degradação de fontes e acude do Rio Leca

Maia, 29/07/2011

(Assinatura) António Dias

Obs.: A intervenção do público fica sujeita às regras estabelecidas no artigo 48º do Regimento da Assembleia Municipal da Maia.

António Ilídio Marques Dinis  
Rua do Mosteiro, 304  
Águas Santas  
4425-140 Maia



No dia 3 de Junho do corrente ano, por convite do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Águas Santas, assisti à apresentação do livro "Moinhos de Leça".

Para quem, como eu, que ainda recorda os tempos em que laboravam é fácil de calcular como senti a descrição feita pelos oradores sobre a importância que tiveram até aos idos da década de 50. Será utópico pensar, que algum dia, serão de novo utilizados para o fim que foram criados. Mas faz parte da história do rio Leça e neste caso da freguesia de Águas Santas, como tantas outras coisas.

Mas não foram os moinhos a causa principal que aqui estou, mas no caso presente, para falar das pontes e dos açudes, sobretudo da sua degradação. Sendo **nove** as pontes que contei em Águas Santas, sob as quais passa o rio Leça, **sete** são praticamente pedonais estando estas próximas dos moinhos pela importância que tiveram para o seu acesso. De montante para jusante devo referir a falta de guardas da Ponte de Lousa, o derrube por efeito da cheia de 1979 das guardas de granito da Ponte do Pisão, estando aquelas umas no leito do rio e outras sobre a referida ponte, e a Ponte de Veia, que pela sua baixa cota está praticamente destruída. Pela sua antiguidade fazem justamente parte da história do rio, da utilidade que tiveram para a mobilidade das pessoas, hoje menos é certo. E no futuro? Será tão utópico pensar que não virão a ser úteis como foram?

Finalmente falemos do açude do Moinho do Trigo. Aquando de instalação de uma conduta de água que sob o leito do rio fizeram passar a montante da ponte, foi necessário destruir o açude para facilitar os trabalhos, já que a barragem da água tornava impossível a tarefa. Até aqui tudo bem...agora a questão: Porque não o reconstruíram, e da forma original? Por já não ser útil? Mas porque falamos então dos moinhos, se cada um tem o seu açude?

O rio Leça foi a "piscina" dos meninos do meu tempo e de muitas gerações, e o açude de que falo, até nas noites de luar e com auxílio da luz de uma qualquer "motoreta" nos servia para alguns mergulhos.

Aqui deixo à consideração desta assembleia os reparos pertinentes acerca do estado em que se encontram o açude e as pontes de que falei. Sobre a poluição, falta de vida, e assoreamento do rio já outros terão falado.

Devo referir que levei ao conhecimento do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Águas Santas o que aqui referi, que de imediato mereceu a sua análise, mas a falta de meios e o seu custo tornam inviáveis a sua concretização por parte da Junta de Freguesia de Águas Santas.

Obrigado pela atenção dispensada.

*António Ilídio Marques Dinis*





CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA

4470-202 MAIA

Gabinete do Presidente

DOC - 16  
7.ª sessão ordinária  
Reunião de 13/6/11  
13/6/11

Assembleia Municipal da  
Maia

Entrada nº 54

Em 09/06/2011

Ex.mo Senhor

Presidente da Assembleia Municipal da Maia

Paços do Concelho

MAIA

Ofício nº 9.780

**ASSUNTO: INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA**  
**ACTIVIDADE MUNICIPAL.**

Ex.mo Senhor Presidente,

Nos termos da Lei, levo ao conhecimento de V. Ex.a e através de V. Ex.a à Ex.ma Assembleia Municipal, a presente Informação.

Dirijo a V. Ex.a este documento na circunstância e tendo por motivo a ocasião em que se efectua a 3ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal do ano de 2011.

Alguns dias são passados desde a realização das Eleições Legislativas que conduziram a uma mudança de Poder em Portugal. A Sessão da Assembleia Municipal decorrerá, espera-se, já com um novo Governo em funções sobre o



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA  
4470-202 MAIA

Gabinete do Presidente

qual depositamos as maiores expectativas e a fundada esperança na decisiva mudança de rumo do País.

Precisamos de um Governo forte, capaz, empreendedor, que promova e execute rapidamente as necessárias reformas estruturais que o País carece e sem as quais não sairemos desta muito difícil situação em que nos encontramos.

O País necessita de uma terapia dura, que será até muito dura e muito mais gravosa do que alguma vez já ocorreu em situações anteriores no regime democrático, mas que não se vê alternativa a tal.

Assim, e no nosso Município, temos de nos preparar para as grandes dificuldades com que nos iremos deparar e das provações que teremos de enfrentar. Teremos de fazer uso de uma redobrada inventiva para fazermos face ao que aí vem de dificuldades acrescidas para as finanças municipais quer no que respeita a transferências do Poder Central quer nas receitas próprias do Município que, e fruto da recessão económica, continuarão, e infelizmente o registamos e perspectivamos, o seu percurso acentuadamente descendente. E teremos de utilizar todos os nossos recursos e a nossa reconhecida capacidade de intervenção que está alicerçada no profundo e especioso conhecimento que temos de todos os assuntos de que se faz a vida do Concelho, bem como de todas as questões, maiores ou menores, que estão presentes no quotidiano e na vivência das comunidades locais.



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA

4470-202 MAIA

Gabinete do Presidente

Passo a anotar e a pontuar alguns aspectos e acontecimentos da vida do Concelho que tiveram lugar ou que adquiriram expressão pública no espaço de tempo que decorreu desde a última Informação que fiz presente à Assembleia Municipal.

1 – Não obstante as dificuldades, e apesar delas, continuamos a desenvolver um conjunto de actividades culturais, sociais e de índole desportiva que se encontram inscritas e previstas no comumente designado “Plano de Actividades” para o corrente ano, sendo que sobre os decorridos nestes dois últimos meses salientaria:

1.1 – O “Festival de Música da Maia” é já incontornável no panorama metropolitano no mês de Maio. A cada ano que passa o “Festival” tem vindo a saber reinventar-se, a nunca se repetir na forma, a não estar agarrado a uma fórmula, a captar novos públicos, a abrir-se a novas temáticas e géneros musicais e a adaptar-se às circunstâncias (nomeadamente de financiamento) com que se depara em cada nova edição. Por tudo isso é um exemplo do labor e da capacidade técnica e realizadora do Município e dos seus promotores e fautores directos.



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA

4470-202 MAIA

Gabinete do Presidente

O padrão é o da qualidade musical qualquer que seja o género que apresentemos, música clássica, música de câmara, música ligeira, jazz ou outra forma de expressão musical. Para além do excelente cartaz da edição de 2011 que incluiu o renomadíssimo pianista Sequeira Costa, permito-me salientar a estreia absoluta da “Orquestra de Câmara da Maia” fruto da acção formativa do “Conservatório de Música da Maia”, constituindo por si só a demonstração cabal do acerto da política de acção cultural que está a ser levada a efeito.

1.2 – Também no mês de Maio levámos a efeito o “Festival Gastronómico da Maia”, que já vai na sua 13ª edição. Este certame igualmente tem vindo ano a ano a superar-se, apresentando novas actividades e apelativas acções.

Pretendemos divulgar a nossa gastronomia e ao mesmo tempo dar um estímulo e promover os nossos estabelecimentos de restauração sendo que, nesta edição, contamos que tenham sido servidas cerca de 100.000 refeições. Mas várias outras actividades constaram de um programa paralelo tais como workshops de cozinha para crianças e para adultos ou o “Duelo de Chefs” que tiveram lugar em espaços públicos de estabelecimentos comerciais do Concelho.



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA

4470-202 MAIA

Gabinete do Presidente

1.3 – Em Abril decorreu a XVIII Taça Internacional Maia Jovem, em Ténis.

Com cerca de 200 Jovens competidores, em representação de 30 países, o torneio consolida-se como o melhor da Europa, na classe de sub-14 anos, do Circuito Juvenil da Associação Europeia de Ténis. O quadro competitivo deste ano foi considerado o melhor de sempre sendo que no sector masculino seis dos atletas em competição pertencem ao top ten europeu, incluindo o número um da lista.

Por outro lado, este evento constituiu uma boa divulgação para a modalidade entre os nossos Jovens que compareceram em significativo número nos vários dias de prova.

1.4 – Em meados de Maio teve lugar a 6ª edição da “Feira das Oportunidades”, no Parque Central da Maia. Este certame tem por objectivo dar a conhecer aos nossos Jovens algumas ofertas e oportunidades de emprego e de inserção profissional, ao mesmo tempo que aporta outras vertentes como seja a de orientação profissional, a valorização curricular, a valorização profissional e o empreendedorismo.

Simultaneamente, e no mesmo espaço, levámos a efeito mais uma “Mostra Social da Maia” – este ano sob o tema do “Ano Europeu das Actividades Voluntárias que promovam uma Cidadania Activa” – dando a conhecer o decisivo trabalho que é prestado à nossa comunidade



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA

4470-202 MAIA

Gabinete do Presidente

*BA* ✓ *87* *AP*

(em especial junto das camadas da população com mais dificuldades) por entidades públicas e pelas instituições particulares de solidariedade social no combate às desigualdades e à promoção da inclusão social.

- 2 – O programa “MaiaFinicia” encerrou a sua primeira fase ao se esgotar o montante com que estava dotado. Este Fundo de Financiamento às Micro e Pequenas Empresas do Concelho da Maia – numa vertente de criação e de apoio ao lançamento de empresas – que junta a Câmara Municipal, o IAPMEI, o TecMaia, um Banco e uma Empresa de Capital de Risco, teve uma dotação máxima de referência de 500.000 €.

O montante de apoio a cada projecto é comparticipado em 20% pela Câmara Municipal e os restantes 80% pela entidade bancária sob a forma de empréstimo com uma taxa de juro preferencial, sendo que cada projecto empresarial poderá ser apoiado até um máximo de 45.000 €. Com regras apertadas e condições muito especiosas, este programa teve 24 candidaturas das quais foram aprovadas 14, permanecendo uma em análise e outra em suspenso.

Consideramos que os dois grandes objectivos que elegemos ao criar este programa foram inteiramente cumpridos: o primeiro, que o apoio incidisse, e substantivamente, em “start up”, o que veio a acontecer pois 64% das empresas financiadas o são; o segundo objectivo era o de contribuir para a empregabilidade ao promover o aumento dos recursos humanos dessas



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA

4470-202 MAIA

Gabinete do Presidente

BA

✓

AP

empresas, objectivo que foi obtido pois a taxa de aumento cifrou-se nos 109%.

- 3 – A intervenção que foi levada a efeito na Via do Dr. Francisco Sá Carneiro, na Zona Industrial Maia I, está concluída. Tratou-se de um empreendimento estabelecido em parceria entre a Câmara Municipal e a “Metro do Porto, S.A.” que beneficiou e requalificou toda a Via e as suas infra-estruturas, que incluiu a construção de 2 novas rotundas viárias distribuidoras e disciplinadoras de tráfego.

Com esta obra fica concluído o grande eixo viário de serviço da Zona Industrial Maia I que tem início na designada rotunda do Metro em Brandinhães, prossegue pelas Vias Paralelas (que intersectam a A-41 em passagem inferior) até ao “Monumento à Actividade Empresarial”, tomando em seguida a Via do Dr. Francisco Sá Carneiro até à Rua do Eng. Frederico Ulrich já na Freguesia de Gemunde.

Este é mais um exemplo da capacidade de planeamento e de intervenção no território que a Câmara não pode deixar de se orgulhar pois, em devido tempo, soube prever e acautelar questões ao nível da gestão urbanística que potenciaram a consumação desta intervenção.





CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA

4470-202 MAIA

Gabinete do Presidente

*BA*  
*[Signature]*  
*[Signature]*

- 4 – Ainda na temática das vias de comunicação gostaria de informar que acabamos de abrir 2 concursos internacionais para a contratualização de empreitadas de conservação de arruamentos municipais, um para vias em betuminoso e outro para vias em cubos, no valor, cada um deles, de 2.500.000 de Euros.

E que estamos na fase final de preparação de um concurso para a construção de um troço de via ( entre a Rotunda do Santo Condestável e a Rua do Cavaco, na Freguesia de Vermoim ) que permitirá concluir a designada Via Periférica Sudeste do Concelho entre a Rua de S. Romão e a Rotunda do Requeixo ( nó de acesso à A-41 ).

A finalizar, informo que o saldo de tesouraria da Câmara Municipal, à presente data, cifra-se em Euros, repartido da seguinte forma:

a) Documentos –	1.568.216,70
b) Dotações orçamentais –	4.402.949,89
c) Dotações não orçamentais –	4.720.409,17



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA

4470-202 MAIA

Gabinete do Presidente

Sendo tudo o que, ao momento, me cumpre informar, manifesto-me ao inteiro dispor de V. Ex.a e da Ex.ma Assembleia Municipal para prestar quaisquer outras informações mais especiosas que, eventualmente, entendam por necessárias e ou convenientes.

MAIA E PAÇOS DO CONCELHO, 8 DE JUNHO DE 2011,

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

(ENG. ANTÓNIO GONÇALVES BRAGANÇA FERNANDES)

**GRUPO DO PARTIDO SOCIALISTA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA**

✓  
A P

**PONTO 3.3**

**DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS**

A Assembleia Municipal da Maia discute hoje o relatório de gestão consolidado do município, sendo de relevar que é a primeira vez que tal facto acontece.

Um documento de prestação de contas é, simultaneamente, um documento técnico e político: técnico, porque deve obedecer a critérios contabilísticos rigorosos e imparciais; político, porque carece de uma apreciação necessariamente subjectiva, inerente à exigência de escrutínio a quem aspira representar os seus pares num qualquer órgão de gestão da coisa pública.

O Partido Socialista saúda todas as iniciativas que visem aprofundar a transparência das contas municipais. Sem demagogias, reconheçamos que qualquer membro desta Assembleia terá sempre óbvias dificuldades em interpretar inequivocamente as contas do município. O balizamento que é imposto pelos critérios contabilísticos leva, desde logo, a que, através de pequenas subtilezas, tenhamos uma visão mais turva, mais opaca, do domínio financeiro da autarquia.

Senão, vejamos, a título de exemplo: optou a Câmara Municipal da Maia por não considerar empresas neste relatório em cuja participação é inferior a 100% do capital. Não discuto a legitimidade desta opção. Nem tão pouco o Partido Socialista fará deste procedimento um facto político. Mas é indiscutível que a adopção de critérios menos transparentes, em detrimento de outros, tem uma consequência directa: priva um órgão de fiscalização de fazer uma análise mais precisa e abrangente às contas de um município.

Este relatório de contas não é, como tal, o espelho translúcido da verdade. Há valores que estão por detrás destas demonstrações e que, se estão ao alcance do partido da maioria, não estão certamente ao alcance dos partidos da oposição. Cumpre-se a lei – quanto a isso, nada a dizer – mas a transparência fica à porta.

Mas, vamos aos números e à sua análise. E permitam que me foque em três aspectos que deixam o Partido Socialista particularmente vigilante:

1. Em primeiro lugar, o equilíbrio de curto prazo do denominado grupo municipal  
Todos sabemos que as dificuldades do momento presente são complexas. E a economia está a sofrer na pele as consequências da falta de liquidez do Estado e das empresas. Todavia, a falta de capacidade da Câmara Municipal da Maia para fazer face a compromissos de curto prazo é gritante. Esta situação estranguladora merece o reparo do PS e exige esclarecimentos por parte da maioria. Mas deixo aqui um repto: façam-no sem malabarismos políticos. A Maia agradece.
2. Em segundo lugar, permitam-me que foque as responsabilidades do município por garantias prestadas  
Efectivamente, esta problemática remete-nos para processos anteriores ao exercício de 2010, mas não pode de forma alguma ser ignorada. Porque V. Exa., Sr. Presidente da Câmara, e Srs. Deputados da maioria, têm em mãos a situação financeira pela qual são os primeiros a ter de responder. Destacam-se, neste âmbito, a prestação do Fórum da Maia e de fracções habitacionais como garantia de execuções fiscais. Nenhum Maiato se sente orgulhoso ao ter conhecimento desta situação. Nenhum Presidente de Câmara se pode regozijar da gestão do seu município.
3. Por último, uma palavra para o total do passivo do grupo municipal  
São quase 200 milhões de euros – 200 milhões de euros – dos quais mais de metade se referem a dívidas a terceiros. O Partido Socialista olha com preocupação para esta realidade. É certo que existe uma trajectória de consolidação, mas com um custo muito elevado: o custo da inoperância política.

E o custo da inoperância política é aquele que os maiatos sentem diariamente, ao não verem reflectido nas suas vidas um incremento de qualidade. Tanto num referencial absoluto, como num referencial relativo, a estagnação é a palavra que melhor define o nosso concelho e a sua realidade ao longo dos últimos anos.

É essa a conclusão que, em última instância, nos é transmitida pelo documento que hoje discutimos. Bem sabemos que atravessamos um período difícil, como já tive

oportunidade de referir. E o Partido Socialista, abstendo-se, reconhece essas dificuldades. Mas a situação financeira do município não é uma consequência dos problemas orçamentais do país. Foram opções erradas na última década que relegaram a Maia para a condição de exemplo a não seguir. Foram projectos faraónicos, foram prioridades não focadas exclusivamente no interesse dos munícipes, e que o Partido Socialista tem insistentemente denunciado nos locais próprios.

Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados,

Assistimos de há dois anos a esta parte a uma notável mudança de paradigma. Estão a ser impostas desde então outras atitudes a todas as formas de governância, não apenas em Portugal, como na Europa e no mundo.

Sinto que muitas dessas atitudes ainda não se repercutem ao nível do poder local. Tenho esperança que isso aconteça e estou convicto de que todos os partidos poderão dar um sério contributo nesse sentido, mas duvido que o Partido Social Democrata esteja, na Maia, à altura desse desafio.

29 de Junho de 2011

João Veloso da Silva Torres

**Coligação Democrática Unitária****3.3 – Documentos de Prestação de Contas Consolidadas**

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal,

Exmo. Sr. Presidente da <sup>vice</sup>Câmara,

Demais Membros da Mesa,

Caros Senhores Deputados,

O documento de prestação de contas consolidadas tem grande relevo na medida em que nos permite uma visão global das contas do município. Dois dados se sobrepõem: desde logo, um dado que merece apreço, que se prende com o resultado positivo de quase 9 milhões de euros no ciclo a que o documento remete; por outro, a enunciação do passivo total do universo municipal, que ascende a cerca de 195 milhões de euros.

Não sendo um orçamento o que está em causa, a CDU não orientará o seu voto tendo em conta os montantes envolvidos, não obstante estes nos darem a todos uma noção muito clara do que é o passivo brutal do município da Maia. Tais dados são o resultado de anos e anos de gestão descuidada, assente no crescimento desenfreado e sem qualquer sustentabilidade, na política do betão alicerçada em orientações que nunca tiveram uma visão de futuro que ultrapassasse os sempre curtos horizontes de quatro anos. Entendemos que

nunca é demais referir isto, dar conta do caminho que nos trouxe a este estado financeiro, ainda por cima em tempo de vacas magras, quando se perspectivam diminuições de receitas, quer próprias do município, que provenientes do estado central, num horizonte de tempo indefinido e com consequências que apenas agora começamos a entender.

Todavia, o documento que agora analisamos padece de uma insuficiência importantíssima, que inquina os resultados e dão ideia de um panorama que não combina com a realidade dos factos. Tal como refere o relatório da empresa que certificou as contas consolidadas, no ponto 8.1, "a adopção de um perímetro alargado em função do controlo, tal como preconizado pela Portaria anterior" (em referência à Portaria n.º 474/2010, de 1 de Julho), "e pela Norma Internacional de Contabilidade do Sector Público n.º 6 (IPSAS 6) – Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas, seria em nossa opinião o procedimento mais adequado". Também nós partilhamos este ponto de vista.

Sabemos, certamente, que o modelo adoptado, por sugestão do grupo de trabalho do SATAPOCAL não é ilegal, porém, manda a verdade que os maiatos saibam o estado real das finanças do município, que os maiatos saibam quanto lhes custa, por exemplo, os três Fundos Especiais de Investimento Imobiliário Fechado para os quais o PSD avançou, apesar dos avisos que em tempo útil a CDU fez nesta Assembleia.

Senhor Presidente, Portugal tem um problema grave. Trata-se, nem mais nem menos, da dívida que atrofia a nossa economia. Sabemos que a dívida privada assume um papel muito importante nesta questão, patente nas



dificuldades de cada vez mais famílias que não conseguem pagar o que devem à banca, que ficam sem as suas casas, asfixiadas em dívidas, colocando em risco a sua própria subsistência, o futuro dos seus filhos e, em última análise, o futuro do país. Contudo, a dívida pública, em todas as suas vertentes, não é despicienda, e esta cairá sobre todos nós, sem apelo nem agravo.

A CDU votará contra neste ponto da ordem de trabalhos, precisamente pelas omissões nele contidas. Repetimos que temos perfeita consciência que V. Exas. não ocorrem em ilegalidade quando tomam a decisão de apresentar os resultados deste modo. Não obstante, porque os maiatos têm o direito de saber o real estado das finanças municipais e não alguns dados com revestimento cosmético, por uma questão de princípio, fundamentada na clareza e na verdade dos factos, será este o nosso voto.

Exortamos a Câmara Municipal a que apresente a todos os munícipes o estado financeiro da Maia. Este é o único ponto de partida aceitável para uma política financeira de resolução do problema.

Maia, 29 de Junho de 2011

A Deputada da CDU

Raquel Oliveira



Exm<sup>o</sup> Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Luciano  
Gomes

Exmas. Senhoras Secretárias da Mesa da Assembleia Municipal



Exm<sup>o</sup> Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal da Maia, Eng<sup>o</sup> Silva  
Tiago

Exmos. Senhores Vereadores

Exmos. Senhores Deputados

Exmos. Senhores Presidentes de Junta

Estimado público

Comunicação Social

Depois de analisado o documento aprovado por unanimidade pela  
Câmara Municipal da Maia e agora proposto para aprovação pela  
Assembleia Municipal, entendo suscitar o seguinte comentário:

- 1 - Vila Nova da Telha já tem implementado no seu território um conjunto de três blocos de Habitação Social (PER) de dimensões significativas.
- 2 - A proposta agora apresentada não vem colmatar nenhuma situação referente a necessidades de habitação sinalizada na nossa freguesia, antes pelo contrário; procede de um despejo de famílias residentes na freguesia da Vila de Moreira, despejo esse que teve origem numa relação privada e não pública.
- 3 - Apesar disso, desde o primeiro momento, sempre estive e estiveram todos os autarcas de V. N. da Telha, disponíveis para ajudar a encontrar uma solução e colaboramos com a Câmara nessa procura. Apreciamos as diligências que a Câmara e os seus técnicos têm feito neste caso concreto, bem como a celeridade colocada para as ultrapassar em tempo útil, duvidando no entanto que o local seja a melhor escolha.

4 – De facto entendemos que o local escolhido, no limite da freguesia, junto à pista do aeroporto, num local praticamente isolado, não prossegue qualquer política de socialização da comunidade cigana. Além disso, cumpre referir que a jusante do local proposto corre uma linha de água, mais propriamente uma ribeira, por onde passam as águas provenientes de uma ETAR. Refira-se que tal ribeira nem sempre está nas melhores condições em virtude da proximidade que a mesma apresenta com terrenos agrícolas e com uma vacaria que fica junto ao referido terreno. São usuais as cheias no período de Inverno, bem como os cheiros desagradáveis que dali emanam, ao longo de todo o ano. Alerto ainda para o facto do mencionado terreno não ter sequer uma área suficiente para construir habitações, seja em que moldes for, nomeadamente pré-fabricadas, para cerca de 50 pessoas.

5 – Esta comunidade cigana apesar de residir há cerca de 40 anos na freguesia de Moreira da Maia, faz parte da sua vida quotidiana também na freguesia de Vila Nova da Telha, frequentando os estabelecimentos de comércio da freguesia e a escola E.B. J. I. do Lidador onde as suas crianças frequentam o 1º ciclo.

6 – A comunidade cigana nunca foi um problema para Vila Nova da Telha e os seus autarcas desde sempre estiveram atentos à sua integração que se foi fazendo ao longo dos anos. Lembro que, em tempos chegou a Câmara Municipal a pensar em alojar algumas famílias no PER da Aldeia, o que, a meu ver, era uma solução razoável.

7- Entendo que o alojamento das famílias ciganas num local onde nada existe a não ser terrenos agrícolas e o estádio Municipal de Pedras Rubras, onde não existe comércio nem transportes, não serve os interesses dessas famílias, servindo apenas para as afastar cada vez mais da sociedade.

8 – Gostaríamos que tivessem sido pensadas outras alternativas e que, face a mais do que uma hipótese, tivessem sido ponderadas todas as vantagens e inconvenientes de cada local e a decisão fosse tomada após tal ponderação e análise, onde a própria comunidade cigana fizesse parte da solução com responsabilização recíproca.

9 – Não posso deixar de referir que gostaria que assuntos de grande interesse para todos os Vilanovenses e que há anos tenho, na qualidade de Presidente de Junta, vindo a solicitar à Câmara Municipal, e que várias vezes tenho trazido a esta Assembleia Municipal, como sejam, por exemplo, a requalificação da Rua da Fábrica ou a ligação da Rua das Guardadeiras à Unidade de Saúde de Pedras Rubras, pudessem igualmente merecer a mesma vontade política e rapidez de resolução, como aquela que foi encontrada para o realojamento das famílias de etnia cigana que se encontravam há mais de 40 anos a residir na freguesia de Moreira.

10 – Pelo exposto e, em conclusão, por entender que o local proposto não é adequado a qualquer construção para residência de quaisquer famílias, votarei contra a proposta, continuando contudo receptivo a colaborar com a Câmara Municipal, com a Junta de Freguesia de Moreira da Maia e com a comunidade cigana para encontrar soluções que vão de encontro à socialização que se impõe fazer desta ou de qualquer outra comunidade que precise de ajuda.


Maia, 29 de Junho de 2011

Joaquim Azevedo Santos *Souza*  
*fg - 66 09 - 6 45*  
Secretário da Junta de Freguesia de Vila Nova da Telha

GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

Ex.mos  
Presidente da AMM  
Deputados municipais  
Senhor Presidente da Câmara Municipal

1. O Partido Socialista tem assumido, nesta AMM, uma postura muito rigorosa na apreciação de declarações de interesse público solicitadas pelo executivo maiato. No caso presente, entretanto, o PS está disponível para reconhecer o interesse público do Projecto de Construção de Habitação Social, no terreno municipal sito na Rua das Lagiêlas, em V. N. da Telha. Estamos perante um problema social sério, que precisa de uma resolução rápida, justa e consistente.
2. É bom, de qualquer forma, que o executivo tenha em conta a necessidade de considerar dois aspectos fundamentais. Por um lado, é imprescindível que se ponderem todas as situações similares existentes no concelho. Por outro, é fundamental que se garantam as condições para a resolução rápida e efectiva do problema habitacional desta comunidade cigana, mobilizando os esforços e os recursos autárquicos, mas também aqueles que devem ser disponibilizados pelas autoridades político-administrativa centrais com obrigações nesta área. Não é razoável continuar a protelar a resolução deste problema, garantindo que ele se solucione pela via da integração e da responsabilização. Todos reconheceremos que uma má solução urbanística agora poderá estabelecer a base para problemas sérios de segregação e de marginalidade no futuro, que urge evitar.
3. O Partido Socialista aproveita para sublinhar os 4 pilares fundamentais em que assenta a sua política autárquica de integração:
  - i. A promoção dos valores estabelecidos na Constituição da República Portuguesa e na Declaração Universal dos Direitos do Homem;

- 
- ii. A luta contra o racismo, a xenofobia e qualquer outra forma de intolerância;
  - iii. O reconhecimento da importância das políticas públicas e da qualidade e eficiência dos serviços públicos para ultrapassar as dificuldades de integração;
  - iv. A aposta na participação, no diálogo e na criação de instrumentos de mediação para a resolução de conflitos identitários e para a promoção da integração.

Só assim seremos capazes de evitar a segregação, a exclusão e a marginalidade, cimentado a convivência multicultural e construindo um futuro urbano que valorize o encontro das pessoas e das culturas, para que a diferença seja um valor de integração e de convivência democrática.

Maia, 29 de Julho de 2011



**Luís Rothes**

Líder do Grupo Municipal do Partido Socialista na AMM